



**Indigenous Peoples  
Rights International**

Championing Indigenous Peoples Rights

**Relatório anual**

# **Criminalização, Violência e Impunidade contra os Povos Indígenas**

2022

© Indigenous Peoples Rights International 2022. Todos os direitos reservados.

**Relatório anual: Criminalização, Violência e Impunidade contra os Povos Indígenas”.**

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, distribuída ou transmitida em qualquer forma ou por qualquer meio, incluindo fotocópia, gravação ou outros meios eletrônicos ou métodos mecânicos, sem autorização prévia por escrito do editor.

A citação, reprodução sem alteração e transmissão deste documento são autorizados, desde que seja para fins não comerciais e com atribuição ao detentor dos direitos autorais.

Direitos dos Povos Indígenas Internacional. “Relatório anual: Criminalização de, Violência e Impunidade contra os Povos Indígenas”. Abril de 2022. Cidade de Baguio, Filipinas.

Foto da capa: Renan Braga



Indigenous Peoples Rights International  
# 7 Ground Floor, Calvary St., Easter Hills  
Subdivision Central Guisad,  
Baguio City 2600  
Filipinas  
[www.iprights.org](http://www.iprights.org)

# Índice

Visão geral e conclusões	1
Contexto dos países e estudos de casos	7
<b>República Democrática do Congo</b>	<b>7</b>
<i>Contexto do país</i>	8
<i>Grilagem de terras em território de Masisi</i>	10
<i>Detenção ilegal, intimidação e violação dos direitos coletivos dos pigmeus babuluko ao consentimento livre, prévio e informado</i>	11
<b>Brasil</b>	<b>12</b>
<i>Contexto do país</i>	13
<i>Assédio a jovens e advogados e advogadas indígenas</i>	16
<i>Ataques contra a Associação de Mulheres Munduruku Wakoborûm e Maria Leusa Munduruku</i>	18
<i>Violência na Terra Indígena Yanomami</i>	20
<b>Colômbia</b>	<b>22</b>
<i>Contexto do país</i>	23
<i>Cauca: assassinato da governadora Oneida Argenis Yatacué</i>	25
<i>Caldas: assassinato de Andrés Córdoba Tamaniza</i>	27
<i>Confinamento e deslocamento no Chocó</i>	29
<b>México</b>	<b>32</b>
<i>Contexto do país</i>	33
<i>Violência e impunidade em Oaxaca: a comunidade de Paso de la Reyna</i>	35
<i>Negligência do Estado e impunidade dos grupos armados: a situação das famílias Tsotsil em Los Altos, Chiapas, que vivem em perigo constante</i>	37
<i>A luta pela segurança através da autonomia indígena em Zitácuaro, Michoacán</i>	39
<i>A luta dos Rarámuri para recuperar e proteger seu território em Repechique, Chihuahua</i>	41
<b>Índia</b>	<b>43</b>
<i>Contexto do país</i>	44
<i>Lei das Forças Armadas (Poderes Especiais) de 1958 posta novamente em questão após o assassinato de um tribal Kuki em Manipur</i>	47
<i>Abuso da legislação antiterrorista: criminalização da ativista tribal Gond Hidme Markam</i>	49
<i>Um legado colonial britânico: a morte de Bhim Kale, membro de uma “tribo criminosa”</i>	52
<i>Viver em território incerto: famílias tribais Kadar expulsas da reserva de tigres Anamalai, em Tamil Nadu</i>	54
<i>Funcionários florestais apoiam a agressão de não-tribais contra povos indígenas e dálites: um caso de despejo na reserva florestal de Sahajkhol, no estado de Odisha</i>	56
<b>Filipinas</b>	<b>59</b>
<i>Contexto do país</i>	60
<i>Luta incansável pela justiça e pelos direitos da terra: o massacre dos Tumandok e as detenções em massa</i>	62
<i>Impunidade e criminalização do ativismo nas Filipinas: acusações falsas contra pessoas defensoras dos direitos humanos dos povos indígenas; casos de Windel Bolinget e Betty Belen</i>	64
<b>Bibliografia</b>	<b>66</b>



# Visão geral e conclusões

Foto: Mary Ann Bayang



**Indigenous Peoples  
Rights International**

Championing Indigenous Peoples Rights

# Visão geral e conclusões

## A taxa alarmante de agressões contra os povos indígenas continua

Indigenous Peoples Rights International apresenta 19 histórias de casos de criminalização, violações de direitos humanos e impunidade contra os povos indígenas em seus seis países foco, a saber, República Democrática do Congo, Brasil, Colômbia, México, Índia e Filipinas.

A documentação de nossos países parceiros continua a apresentar números alarmantes de casos de violações dos direitos humanos enfrentados pelos povos indígenas no contexto da atual pandemia da COVID-19.

Na República Democrática do Congo, houve três casos de ataques de grupos armados de países vizinhos entre janeiro e abril de 2021. O primeiro caso foi em Irumu, em 14 de janeiro; o segundo, em Monkoto, em 31 de janeiro; e o terceiro, em Mubugu, de 4 a 17 de abril. Um total de 131 indígenas pigmeus foram mortos, dos quais 36 eram mulheres e crianças de Irumu. Foram torturadas 206 pessoas e cerca de 4120 foram deslocadas, afetando o acesso de milhares de mulheres e meninas à educação e à saúde. Milhares de casas e infra-estrutura social básica, como igrejas e centros de saúde, foram queimadas durante os ataques.

Houve também quatro incidentes de detenções e prisão ilegal envolvendo 17 pessoas indígenas. Cinco dessas pessoas foram presas com base em falsas acusações em diferentes casos nos territórios de Masisi e Walikale, na província de Kivu do Norte. Foram presas por defenderem seus direitos fundiários por agentes da lei em conluio com alguns chefes consuetudinários e autoridades tradicionais. As outras 12 prisões ilegais ocorreram no Parque Nacional de Virunga enquanto os homens procuravam madeira morta. Todos foram acusados de serem cúmplices e colaboradores de caçadores furtivos.

No Brasil, quatro lideranças indígenas foram acusadas de difamação pela própria Fundação Nacional do Índio (Funai).

Na Colômbia, a Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC) declarou que houve mobilizações indígenas em pelo menos 114 municípios. Em 26 deles, os povos e comunidades indígenas sofreram violência. Foram registrados 238 incidentes de violência, incluindo dois homicídios, 159 casos de assédio e 24 casos de ataques, dos quais três foram físicos.

Além disso, o ACNUDH na Colômbia registrou que, dos 78 incidentes verificados de assassinatos de pessoas defensoras dos direitos humanos, 11 eram pessoas indígenas: cinco mulheres e seis homens.

No México, foram registrados 16 casos de violações de direitos humanos contra os povos indígenas. Três casos de homicídio; um de criminalização; três de desaparecimento forçado; cinco de deslocamento forçado; dois relacionados à

violação do direito ao consentimento livre, prévio e informado; e um caso de violação do direito ao reconhecimento da personalidade jurídica.

Na Índia, foram apresentados 77 casos de violações de direitos humanos perante a Comissão Nacional de Direitos Humanos (NHRC). Quarenta e quatro desses casos envolveram criminalização de povos indígenas pela polícia, departamento florestal e outros funcionários públicos. Os outros 33 casos estavam relacionados a atrocidades cometidas por atores não-estatais/não-tribais e à negação de documentos básicos e regimes de previdência social por parte do governo indiano. Houve também nove casos de despejo forçado; oito dos quais envolveram povos indígenas acusados como “invasores ilegais” em áreas florestais.

Nas Filipinas, houve 21 casos de assassinatos de pessoas indígenas e seis prisões de pessoas defensoras dos direitos humanos.

## Tendências e desafios

---

Nossos dados não são abrangentes e fornecem apenas uma pequena amostra de um problema muito maior. As fontes de dados e informações sobre estes casos têm sérias limitações. Por exemplo, os dados oficiais dos países são amplamente limitados, onde apenas 6% dos países documentaram e relataram os casos de assassinatos de pessoas defensoras dos direitos humanos. Além disso, ainda é impossível identificar as pessoas defensoras da terra, do meio ambiente e dos direitos humanos indígenas uma vez que os dados não estão desagregados<sup>1</sup>. Outras razões incluem a falta de imprensa livre, medo de denunciar, pois os ataques são realizados com impunidade, ou casos ocorridos em áreas muito remotas para serem abordados pela grande mídia<sup>2</sup>, ou para ter acesso às mídias sociais.

Há um interesse crescente em documentar as violações cometidas contra as pessoas defensoras da terra e do meio ambiente, incluindo os povos indígenas. Mas, devido aos desafios e limitações na coleta e desagregação de dados, o quadro da situação dos povos indígenas em defesa de seus direitos não é completo nem abrangente.

Embora os assassinatos representem a mais grave violação dos direitos humanos, estes são apenas o resultado mais visível de um problema muito mais amplo de criminalização, violência e intimidação que os povos indígenas enfrentam. Da mesma forma, assassinatos e criminalização ocorrem juntamente com outras violações dos direitos humanos, tais como deslocamento, tortura, desaparecimento forçado, etc.

Muitos casos de criminalização, violência e intimidação talvez não terminem com a morte de pessoas indígenas, mas acontecem por longos períodos que podem durar anos ou mesmo gerações de famílias e comunidades indígenas.

Nossos dados mostram que a intimidação e a violência subsequente contra lideranças indígenas, ativistas e defensoras e defensores acontecem em todos

## México

- Violência e impunidade em Oaxaca: a comunidade de Paso de la Reyna
- Negligência do Estado e impunidade dos grupos armados: a situação das famílias Tsotsil em Los Altos, Chiapas, que vivem em perigo constante
- A luta pela segurança através da autonomia indígena em Zitácuaro, Michoacán
- A luta dos Rarámuri para recuperar e proteger seu território em Repechique, Chihuahua

## Colômbia

- Cauca: assassinato da Governadora Oneida Argenis Yatacué
- Caldas: assassinato de Andrés Córdoba Tamaniza
- Confinamento e deslocamento no Chocó

## Brasil

- Assédio a jovens e advogados e advogadas indígenas
- Ataques contra a Associação das Mulheres Munduruku Wakoborúm e Maria Leusa Munduruku
- Violência na Terra Indígena Yanomami

## Filipinas

- Luta incansável pela justiça e pelos direitos da terra: o massacre dos Tumandok e as detenções em massa
- Impunidade e criminalização do ativismo nas Filipinas: acusações falsas contra pessoas defensoras dos direitos humanos dos povos indígenas; casos de Windel Bolinget e Betty Belen

## Índia

- Lei das Forças Armadas (Poderes Especiais) de 1958 posta novamente em questão após o assassinato de um tribal Kuki em Manipur
- Abuso da legislação antiterrorista: criminalização da ativista tribal Gond Hidme Markam
- Um legado colonial britânico: a morte de Bhim Kale, membro de uma “tribo criminosa”
- Viver em território incerto: famílias tribais Kadar expulsas da reserva de tigres Anamalai, em Tamil Nadu
- Funcionários florestais apoiam a agressão de não-tribais contra povos indígenas e dálites: um caso de despejo na reserva florestal de Sahajkhoh, no estado de Odisha

## República Democrática do Congo

- Grilagem de terras em território de Masisi
- Detenção ilegal, intimidação e violação dos direitos coletivos dos pigmeus babuluko ao consentimento livre, prévio e informado

Figura 1: Mapeamento de casos incluídos no Relatório Anual 2022 sobre Criminalização, Violência e Impunidade contra Povos Indígenas

os povos indígenas são vítimas de atores não-estatais tais como guerrilheiros, paramilitares, grupos armados e cartéis de drogas. Os governos não têm programas ou ações específicas para enfrentar essas violações contínuas e as situações que envolvem atores não-estatais. A falta de vontade política para proteger os povos indígenas desses atores não-estatais deixa seus territórios inseguros e inacessíveis. Por outro lado, a presença dos Estados nos territórios dos povos indígenas através da militarização aumenta os casos de violação dos direitos humanos, pois os agentes de segurança dos Estados desfrutam da máxima impunidade ao abusarem de seu poder. A maioria dos casos de violação dos direitos humanos são justificados ao abrigo das leis de segurança ou antiterroristas, onde ativistas indígenas e pessoas defensoras dos direitos humanos são rotuladas como membros de grupos armados, comunistas, naxalitas, maoístas, etc.

A atmosfera de impunidade que prevalece para a maioria dos crimes muitas vezes leva a mais assassinatos e crimes<sup>3</sup>. É um ciclo vicioso que é alimentado ainda mais pela falta de confiança das vítimas de crimes no sistema legal e nas autoridades que deveriam protegê-las. Muitas vezes, as pessoas indígenas são dissuadidas de apresentar acusações por esses crimes, devido à cultura prevalecente de impunidade.

Além disso, existem barreiras sistêmicas e racistas que os povos indígenas devem superar ao acessar a justiça para os crimes cometidos contra eles. Estas podem incluir barreiras lingüísticas e culturais, longas distâncias de viagem e altos custos de representação legal, entre outras. Essas barreiras encarnam as limitações enfrentadas pelas pessoas indígenas para desfrutar plenamente dos seus direitos. Elas também evidenciam o fracasso por ação e omissão dos Estados em proteger e cumprir os direitos humanos dos povos indígenas. Além disso, a implementação apropriada e oportuna de decisões judiciais ou legislações favoráveis tornam-se pontos de discórdia e frustração entre o Estado e os povos indígenas.

Como foi observado nos relatórios dos países, os diversos casos destacados têm origens de longa data que não foram devidamente tratadas pelos Estados. Assim, como observado pelo Mecanismo de Peritos sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a falha em uma dimensão particular do acesso à justiça se soma às “injustiças históricas e à discriminação de longa data, inclusive em relação à colonização e à desapropriação das terras, territórios e recursos dos povos indígenas. As injustiças do passado que ainda não foram reparadas constituem uma afronta contínua à dignidade do grupo. Isto contribui para a contínua desconfiança para com os perpetradores”.

### | República Democrática do Congo



- 3 Casos de ataques de grupos armados
- 4 Casos de prisão ilegal

### | Brasil



- 4 Casos de criminalização contra lideranças indígenas

### | Colômbia



- 238 Casos de violência, que incluem 2 homicídios, 159 assédios e 24 agressões
- 11 Casos de assassinato (5 mulheres indígenas e 6 homens indígenas)

### | México



- 3 Casos de homicídio
- 1 Caso de criminalização

- 3 Casos de desaparecimento forçado

- 5 Casos de deslocamentos forçados

- 2 Casos relacionados à violação do direito ao consentimento livre, prévio e informado

- 2 Casos de violação do direito ao reconhecimento da personalidade jurídica

### | Índia



- 44 Casos de criminalização

- 9 Casos de despejo forçado

- 24 Casos relacionados a atrocidades cometidas por atores não-estatais/não-tribais e à negação de documentos básicos e regimes de previdência social

### | Filipinas



- 21 Casos de assassinato

- 6 Casos de detenção ilegal

Figura 2: Resumo do número de casos dos países parceiros da Indigenous Peoples Rights International

# República Democrática do Congo

Foto: ANAPAC-RDC



**Indigenous Peoples  
Rights International**

Championing Indigenous Peoples Rights

# República Democrática do Congo

## Contexto do país

Em 2021, o Programa Integrado para o Desenvolvimento do Povo Pigmeu (Programme Intégré pour le Développement du Peuple Pygmée – PIDP) e a Aliança Nacional para o Apoio e Promoção de Áreas e Territórios do Patrimônio Indígena e Comunitário na RD Congo (Alliance Nationale d’Appui et de la Promotion des Aires et Territoires du Patrimoine Autochtone et Communautaire en RD Congo – ANAPAC-RDC)<sup>i</sup> documentaram três casos de ataques de grupos armados de países vizinhos que ocorreram entre janeiro e abril de 2021. O primeiro caso aconteceu em Irumu, em 14 de janeiro. O segundo, em Monkoto, em 31 de janeiro; e depois, em Mubugu, de 4 a 17 de abril. Os ataques supostamente são para forçar os povos indígenas pigmeus a fugir de suas terras e deixar os grupos armados para explorar suas terras e recursos, particularmente através do garimpo. Estes casos deixaram 131 pessoas indígenas pigmeias mortas – 36 das quais eram mulheres e crianças de Irumu –, 206 torturadas e cerca de 4120 deslocadas, prejudicando milhares de mulheres e meninas no acesso à educação e à saúde. Os ataques também deixaram milhares de lares e infraestruturas sociais básicas, como igrejas e centros de saúde, queimados.

Além disso, ao longo de 2021, houve quatro incidentes de detenções e prisões ilegais envolvendo 17 pessoas indígenas. Cinco pessoas foram presas com base em falsas acusações em diferentes casos nos territórios de Masisi e Walikale, localizados na província do Kivu do Norte. Foram presas por defenderem seus direitos fundiários por agentes da lei, em cumplicidade com alguns chefes consuetudinários e autoridades tradicionais.

As outras 12 prisões ilegais ocorreram no Parque Nacional de Virunga enquanto os homens estavam em busca de madeira morta. Todos foram acusados de serem cúmplices e colaboradores de caçadores furtivos.

Esses casos evidenciam o contínuo problema da discriminação contra os povos indígenas pigmeus, particularmente no que diz respeito ao seu acesso à justiça e à reparação, e a resposta geral do governo para garantir a proteção de seus direitos individuais e coletivos.

A Loi portant protection et promotion des droits des peuples autochtones pygmées en République Démocratique du Congo (Lei de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Pigmeus na República Democrática do Congo), adotada pela Assembleia Nacional (Câmara dos Deputados) em 7 de abril de

---

<sup>i</sup> O PIDP é o parceiro nacional do IPRI na República Democrática do Congo. Através de seus vigias locais de alerta, lideranças indígenas pigmeias em parceria e atores da sociedade civil no terreno, trabalham em conjunto com a ANAPAC-RDC na documentação de casos de criminalização e violações dos direitos humanos contra os povos indígenas pigmeus no país.

2021 foi admitida no Senado e está atualmente sendo analisada pela Comissão Sócio-Cultural do Senado antes de sua aprovação em sessão plenária (a sessão em andamento em março de 2022). Contatos e reuniões de incidência política com os senadores estão em andamento para obter amplas informações sobre a necessidade da referida lei e compartilhar com eles os desafios e a situação dos direitos dos povos indígenas pigmeus na RDC. Os intercâmbios com os senadores visam manter o conteúdo da lei, conforme adotada na Assembléia Nacional, onde são levados em conta, entre outros, os direitos fundiários e territoriais; o acesso aos recursos naturais; o direito à cultura, aos conhecimentos e práticas tradicionais; e o direito ao consentimento livre, prévio e informado.

Em 6 de maio de 2021, foi estabelecido um estado de sítio em Ituri e no Kivu do Norte,<sup>4</sup> duas províncias do leste da República Democrática do Congo, para combater a violência sem fim, renovável por um mês. O estabelecimento do estado de sítio limita certos direitos fundamentais reconhecidos pela Carta dos Direitos Humanos e pela Constituição da República Democrática do Congo. Durante este período de estado de sítio nas duas províncias, os tribunais civis e os juizados estão suspensos e somente os tribunais e juizados militares estão autorizados a funcionar. Pessoas inocentes são presas e acusadas de posse de armas de guerra e outros materiais militares.

O estado de sítio decretado pelo presidente da República está na origem de vários casos de violação dos direitos humanos por parte dos agentes da lei. Isto se soma às restrições ligadas à contenção da propagação da Covid-19, que também levaram a violações dos direitos humanos por parte dos agentes da lei durante suas patrulhas.

De acordo com uma declaração do governador militar do Kivu do Norte, foi estabelecido um toque de recolher em toda a província das 10h00 às 17h00. Seguindo esta medida, as autoridades policiais, incluindo a Polícia Nacional Congoleza, a Agência Nacional de Inteligência e as Forças Armadas da República Democrática do Congo, encarregadas das patrulhas, estão prendendo arbitrariamente os transeuntes, incluindo a população indígena pigmeia, e pilhando bens valiosos, tais como relógios, telefones, correntes, jóias.<sup>5</sup> A maioria das pessoas que prenderam foram liberadas após o pagamento de quantias de 50.000 a 100.000 francos congolezes (cerca de 25-50 dólares estadunidenses).

Além de fechar os tribunais civis, impor o toque de recolher em determinados locais ou proibir o direito à liberdade de expressão, o estado de sítio não produziu nenhum resultado progressivo para enfrentar a violência. Mas as autoridades prometeram fortalecer ainda mais sua implementação, independentemente disso.<sup>6</sup>

## Grilagem de terras em território de Masisi

---

Makumba Nyambatsi, 90 anos, da família indígena pigméia bambuti, foi preso em 5 de março de 2021 por membros da Polícia Nacional Congoleza sob um mandado assinado pelo procurador público do Tribunal de Paz de Masisi. A prisão se deveu a um conflito de apropriação de terras entre a família Nyambatsi e Kabawa Sindani, um bantu não indígena conhecido por intimidar a família Nyambatsi e por querer ocupar o campo de Katwa Kabaore, localizado no morro de Misima, na localidade de Kamuobe, no agrupamento Ufamandu I, chefatura do domínio dos bahunde, no território de Masisi. A família Nyambatis herdou essas terras de seus ancestrais bambuti, que viveram nessas terras por mais de um século. A família Makumba há muito se opõe às tentativas e ameaças de desapropriação de suas terras por parte de Kabawa.

Foi Kabawa quem apresentou a denúncia contra Makumba, que só foi liberado em 12 de março de 2021.<sup>1</sup> O caso foi encerrado com base num procedimento de mediação que reuniu as autoridades locais e costumeiras de Ufamandu, com a assinatura de uma ata de compromisso coletivo.

O mapeamento participativo é necessário e urgente a fim de garantir essas terras e reduzir as ameaças de grilagem de terras por parte dos bantu. Os bantu sabem que estas terras são férteis e têm a intenção de explorá-las para a indústria agrícola.

---

<sup>1</sup> O PIDP e a ANAPAC, com o apoio do IPRI, ajudaram Makumba Nyambatsi a sair da prisão.

## Detenção ilegal, intimidação e violação dos direitos coletivos dos pigmeus babuluko ao consentimento livre, prévio e informado

Os irmãos Lusumbo Kamangu, 66 anos, e Mastaki Kamala, 75 anos, são líderes dos povos indígenas pigmeus babuluko em Busisi, no território de Walikale. Eles suportaram durante muito tempo a criminalização e as ameaças que resultaram de um conflito entre eles e seus vizinhos bafuna-bongwe, uma comunidade bantu. Os bafuna-bongwa teriam integrado as terras dos povos indígenas pigmeus babuluko na concessão de florestas comunitárias sem seu consentimento livre, prévio e informado.

Lusumbo foi preso arbitrariamente várias vezes desde 2011. A última prisão aconteceu em 22 de maio de 2021. Foi levado com seu irmão, e foram liberados na mesma data.<sup>i</sup>

Sua aldeia tem uma população estimada de 145 habitantes, que inclui 22 homens, 24 mulheres, 52 meninos e 47 meninas. Assim como os dois irmãos, todos eles enfrentam as mesmas ameaças à sua segurança e proteção ao viverem em suas terras de 15.000 hectares, que afirmam ter ocupado por mais de um século.

Apesar de ter havido vários julgamentos e assinaturas de atas de compromisso por meio de uma mediação sobre a titularidade da terra de Busisi pela família indígena pigmeia babuluko, continuam sendo vítimas de prisão por parte das autoridades e dos agentes da lei a pedido da comunidade bafuna-bongwe. Foram acusados várias vezes de serem detentores de armas de guerra a fim de silenciá-los e buscar motivos que poderiam levá-los a fugir da área e abandonar suas terras em favor dos bafuna-bongwe.

<sup>i</sup> O PIDP e a ANAPAC, com o apoio do IPRI, ajudaram Lusumbo Kamangu e Mastaki Kamala a sair da prisão.

# Brasil

Foto: Renan Braga



**Indigenous Peoples  
Rights International**

Championing Indigenous Peoples Rights

# Brasil

## Contexto do país

---

Em 2021, a Fundação Nacional do Índio (Funai), o órgão oficial brasileiro criado para proteger os direitos dos povos indígenas, tornou-se um agente de destaque no processo de criminalização dos mesmos. Isto não acontecia desde a ditadura militar (1964-1985). Quatro ilustres lideranças indígenas foram acusadas de difamação.

Em 26 de abril de 2021, a Polícia Federal convocou Sonia Guajajara, coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) para testemunhar em um inquérito aberto, a pedido do presidente da Funai, que também é delegado da Polícia Federal, em uma investigação sobre alegada difamação contra ela e a APIB. A Funai considerou que a websérie de 2020 da APIB, *Maracá*, que denuncia as violações de direitos cometidas contra os povos indígenas durante a pandemia da COVID-19, é uma calúnia contra o governo de Bolsonaro. No entanto, a 10ª Vara Federal de Brasília, declarou que a ação da Funai constituía uma “restrição ilegal” para a líder indígena e suspendeu a investigação. O juiz também criticou a afirmação de que há provas de desvio de fundos por parte da APIB. Ele afirmou que “[há] uma tentativa malfadada de demonstrar que as ações voltadas à arrecadação de fundos para os fins institucionais da APIB seriam uma espécie de estelionato, o qual estaria sendo aplicado a partir da suposta divulgação de fake news por meio da série de vídeos mencionada”.

Da mesma forma, em 30 de abril de 2021, a Polícia Federal convocou o líder indígena do estado de Rondônia, Almir Narayamoga Suruí, para testemunhar em um inquérito aberto devido a divulgações pela Internet. Segundo a Funai, ele estava propagando “mentiras” contra o governo do Bolsonaro. Foi investigado pelo crime de difamação, supostamente cometido contra a Funai por membros da associação Metareilá do povo indígena suruí, representada por Almir. Em janeiro de 2021, Almir Suruí tinha assinado, junto com o chefe Kayapó Raoni do povo Kayapó, um pedido de investigação contra o presidente Jair Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional (TPI) pelo aumento da destruição na Amazônia e pelos ataques aos direitos indígenas.<sup>7</sup> Almir é um respeitado e ilustre líder indígena que já falou em várias reuniões promovidas por organizações internacionais, tais como as Nações Unidas. Ele foi premiado em 2008 pela Sociedade Internacional para os Direitos Humanos, uma honra anteriormente concedida ao Dalai Lama.

Além disso, a Polícia Federal também chamou e fez várias perguntas ao sobrinho de Almir, Rubens Suruí, diretor licenciado da Associação Metareilá. Rubens foi

pego de surpresa. Um policial lhe enviou uma mensagem, perguntando se ele era Rubens Suruí e dizendo que queria fazer algumas perguntas. “Ele falou que se eu quisesse permanecer em silêncio, não precisava responder. Eu disse que ‘não tenho que ficar calado e que não estou fugindo da polícia. Pode perguntar’. Ele disse que ‘na verdade estou fazendo essas perguntas porque a Funai pediu que a Polícia Federal investigasse se vocês fizeram uma difamação contra a Funai’”, disse Rubens.

A investigação foi encerrada em 5 de maio de 2021. O relatório policial final, assinado pelo delegado Jorge Florêncio de Oliveira, observou que, “o dolo de difamar não foi encontrado no caso em tela, porque o crime em voga requer dolo de dano, consistente na vontade de ofender a honra da vítima”.

O presidente da Funai também chamou a Polícia Federal contra o líder indígena Mário Parwe Atroari, duas organizações indígenas Waimiri-Atroari às quais ele está ligado (a Associação Comunidade Waimiri Atroari – ACWA e a Associação de Apoio às Atividades do Programa Waimiri Atroari – Adawa), três funcionários da Funai e os dois advogados das associações acima mencionadas. O presidente da Funai acusa-os de criar obstáculos ao projeto de construção da linha de alta tensão que liga os municípios entre Manaus e Boa Vista, que corta a Terra Indígena Waimiri-Atroari, acusando-os de atrasar as obras. Este projeto é freqüentemente citado pelo presidente Jair Bolsonaro em seus discursos, em que ele falseia a posição dos povos indígenas, sugerindo que eles são responsáveis pelo atraso na construção. Os Waimiris-Atroaris e o Ministério Público Federal já apelaram ao Poder Judiciário para pedir o direito de responder aos discursos de Bolsonaro e outros funcionários do governo, sem sucesso. Segundo os povos indígenas e o Ministério Público, o discurso de ódio vira a população de Roraima contra os povos indígenas.

A Funai está adotando o discurso de que a Constituição Federal reconheceu a capacidade civil e postulatória dos povos indígenas para negar-lhes assistência jurídica e, por outro lado, agindo em clara violação aos princípios de autodeterminação e autonomia dos povos indígenas. A instituição tem sido debilitada em sua capacidade de implementar políticas públicas através da redução de seu orçamento, recursos humanos e presença local, impossibilitando o desempenho da sua função na defesa dos direitos dos povos indígenas. Ao mesmo tempo, seus funcionários públicos se valem do cargo para criminalizar as lideranças indígenas em troca de apoio político, através de sucessivos atos regulamentares e administrativos.

Em 29 de dezembro de 2021, foi publicado o Ofício Circular nº 18 no qual a Funai informava sobre a impossibilidade de execução de atividades de Proteção Territorial em Terras Indígenas não homologadas.<sup>i</sup> Isto significa que a execução de atividades de proteção territorial só deve ocorrer após o término do procedimento administrativo de demarcação. Como este procedimento é

---

<sup>i</sup> A homologação é uma fase final no processo legal e administrativo de titulação de terras indígenas no Brasil.

lento, a medida afeta diretamente pelo menos 139 Terras Indígenas e 114 povos indígenas em isolamento voluntário e de contato recente, cujos territórios ainda estão pendentes de homologação.<sup>8</sup>

A pedido da APIB, a Suprema Corte Federal divulgou uma diretiva em 1º de fevereiro de 2022, determinando que a Funai deverá proteger os territórios indígenas, independentemente de estarem homologados. O juiz da Suprema Corte que analisou o caso declarou que o Ofício Circular nº 18 reflete um contexto no qual “o próprio presidente da República tomou uma posição contra a regularização das terras indígenas e declarou publicamente que, se dependesse dele e do seu governo, não seriam demarcadas”.<sup>9</sup>

A Funai não é o único órgão do Estado que recorre às práticas de criminalização. Em maio, o ministro do Meio Ambiente do Brasil, em uma operação autorizada pelo juiz do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, a pedido da Polícia Federal, emitiu 35 mandados de busca e apreensão em Brasília, São Paulo e Pará. Dez funcionários do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis foram demitidos, entre eles o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles.

Povos indígenas e ambientalistas estão enfrentando uma verdadeira guerra no Brasil. Encaram discursos de ódio, inclusive de autoridades estaduais, e agressões à sua integridade física, enfrentando tiroteios e ataques de invasores de seus territórios. As pessoas não indígenas defensoras do meio ambiente e dos direitos indígenas também estão sendo atacadas e criminalizadas. Para os povos indígenas no Brasil, o sistema de justiça tem preservado seus direitos. Portanto, o ataque vem principalmente dos poderes executivo e legislativo.

## Assédio a jovens e advogados e advogadas indígenas

Além disso, a juventude indígena não é poupada da discriminação e dos ataques que sofrem as lideranças. Txai Suruí, 24 anos, da Terra Indígena 7 Setembro, em Rondônia, e filha do líder indígena Almir Suruí, foi atacada nas mídias sociais após falar na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2021, popularmente conhecida como COP 26.<sup>10</sup>

Em sua intervenção, ela disse: “[o]s Povos Indígenas estão na linha de frente da emergência climática, por isso devemos estar no centro das decisões que acontecem aqui. Nós temos ideias para adiar o fim do mundo”, e “vamos frear as emissões de promessas mentirosas e irresponsáveis; vamos acabar com a poluição das palavras vazias, e vamos lutar por um futuro e um presente habitáveis”. Ela também destacou seu amigo Ari Uru-Eu-Wau-Wau, o guardião da floresta assassinado em abril de 2020.

Após seu discurso, Txai Suruí foi alvo de apoiadores de Bolsonaro e recebeu mensagens de ódio nas mídias sociais, que aumentaram após Bolsonaro ter dito em público: “[e]stão reclamando que eu não fui para Glasgow. Levaram uma índia para lá, para substituir o Raoni, para atacar o Brasil. Alguém viu algum alemão atacar a energia fóssil da Venezuela? Alguém já viu atacando a França porque lá a legislação ambiental não é nada perto da nossa? Ninguém critica o seu próprio país”.

Txai recebeu mensagens racistas e de ódio e que questionavam sua identidade. Os *haters* não acreditavam que ela fosse membro de um povo indígena, pois ela tinha um celular e tinha viajado para outros países.

Da mesma forma, Eloy Terena (Luiz Henrique Eloy Amado), 33 anos, membro do povo Terena da Terra Indígena Taunay-Ipegue e coordenador legal da APIB, tem enfrentado perseguições e ataques desde 2013. Sua comunidade está localizada no município de Aquidauana, estado do Mato Grosso do Sul, região profundamente marcada por conflitos fundiários entre populações indígenas e empresas do agronegócio que são conhecidas por terem trabalhado com grupos paramilitares.

Seus críticos têm tentado desacreditar sua credibilidade como advogado e seu trabalho acadêmico. A certa altura, ele foi erroneamente acusado de cometer crimes e teve que responder a investigações criminais, que acabaram sendo encerradas. Entre outros, durante uma investigação na Assembleia Legislativa do estado do Mato Grosso do Sul, ordenaram a sua prisão coerciva. Em outra ocasião, durante uma investigação no Congresso Nacional, manipulada por congressistas financiados pelo agronegócio, houve uma tentativa de acusação criminal na esfera federal.

Houve também duas tentativas de cancelar sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ambas promovidas por órgãos ligados ao agronegócio

na região onde ele trabalha, tais como a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) e a Associação dos Agricultores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), em conluio com representantes do escritório regional da OAB. Alguns desses órgãos também entraram com uma ação judicial para tentar suspender sua defesa de dissertação (mestrado).

Ao longo do tempo, o assédio judicial, a perseguição política e as ameaças continuaram. Com o recente aumento da violência contra os povos indígenas no Brasil e o aumento das denúncias por violações dos direitos humanos dos povos indígenas apresentadas a nível internacional,<sup>i</sup> o assédio e a perseguição sofridos por Eloy se intensificaram, estendendo-se a seus familiares. Recentemente, foi relatada a presença de veículos e estranhos dentro da aldeia, fazendo rondas nas proximidades.

A criminalização e o assédio sofridos por Eloy e Txai visam desencorajá-los de defender os direitos humanos dos povos indígenas e de levar as lutas dos povos indígenas do Brasil para uma arena política mais ampla.

---

<sup>i</sup> Entre as denúncias internacionais citadas está a mais recente apresentada ao Tribunal Penal Internacional contra Bolsonaro, e numerosas ações movidas pela APIB perante o Supremo Tribunal Federal do Brasil.

## Ataques contra a Associação das Mulheres Munduruku Wakoborûm e Maria Leusa Munduruku

LA Terra Indígena Munduruku é marcada por grandes conflitos entre o povo Munduruku e os garimpeiros ilegais e entre os garimpeiros e agentes da Polícia Federal e das forças nacionais. Segundo a ONG brasileira Instituto Socioambiental (ISA), desde que o presidente Bolsonaro tomou posse, a destruição causada pelo garimpo ilegal nas terras Munduruku cresceu 363 %, <sup>11</sup> o que resultou no aumento da violência contra a população Munduruku. Em abril de 2020, o ministro do Meio Ambiente interrompeu a fiscalização do garimpo ilegal do IBAMA, um órgão coordenador da agência ambiental responsável por combater com sucesso o desmatamento ilegal da Amazônia e a grilagem de terras. <sup>12</sup> Este movimento foi visto como um incentivo implícito às intimidações e ataques contra os Munduruku. O ministro é conhecido por tirar proveito da regulamentação da COVID-19 para enfraquecer a regulamentação ambiental existente em favor de atividades comerciais ilícitas em territórios indígenas. <sup>13</sup>

Em 26 de maio, garimpeiros ilegais e seus simpatizantes atacaram a aldeia da Fazenda Tapajós, deixando grande parte da aldeia destruída. A casa da líder indígena e coordenadora da associação Wakoborûm, Maria Leusa Munduruku, foi incendiada e baleada pelos garimpeiros ilegais. <sup>14</sup> O ataque ocorreu após o vazamento de um arquivo do Serviço de Repressão a Crimes contra Comunidades Indígenas da Polícia Federal referente a uma operação destinada a expulsar garimpeiros ilegais em Terras Indígenas.

Através de uma ordem da Suprema Corte, o governo federal desenvolveu medidas para proteger os Munduruku contra os garimpeiros ilegais. Coordenada pela Polícia Federal, a “Operação Mundurukânia” foi realizada em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional. O objetivo da operação era expulsar os garimpeiros ilegais das Terras Indígenas Munduruku e Sai Cinza, no município de Jacareacanga, estado do Pará. Os crimes investigados dentro desta operação eram associação criminosa (artigo 288 do Código Penal), exploração ilegal de matéria-prima pertencente à União e crimes contra o meio ambiente.

Mas devido ao vazamento do arquivo, a Polícia Federal encerrou a operação e não conseguiu impedir o ataque em 26 de maio. O juiz do Supremo Tribunal Federal, Luis Roberto Barroso, exigiu informações dos policiais que permaneceram após o encerramento da Operação Mundurukânia no prazo de 48 horas. Ele também exigiu maior proteção através de medidas imediatas para os Munduruku em Jacareacanga.

Além disso, como resposta ao ataque, o Ministério Público Federal (MPF) pediu ajuda ao Procurador-Geral da República para garantir a segurança da população do município de Jacareacanga. Eles também lançaram uma campanha de arrecadação de fundos para a reconstrução da casa de Maria Leusa, na qual

moravam 19 parentes. Ela e os seus parentes perderam seus pertences e estão abrigados nas casas de amigos e parentes. Em relação ao incêndio, o tribunal condenou três pessoas à prisão e a uma multa, mas os condenados permanecem em fuga.

As lideranças são visadas precisamente por sua luta em defesa da demarcação e do território tradicional; da autonomia territorial; do direito à consulta e do consentimento livre, prévio e informado na construção de megaprojetos e na regulamentação pela legislatura sobre garimpo em terras indígenas; e dos direitos das mulheres indígenas.

Em um comunicado, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Escritório Regional Sul-Americano do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (UNOHCHR) declararam sua preocupação com os atos de violência contra os povos indígenas Munduruku e Yanomami, exigindo que o Estado brasileiro cumprisse seu dever de “proteger as vidas, a integridade pessoal, os territórios e os recursos naturais desses povos”.<sup>15</sup>

Antes do ataque de 26 de maio, a Associação de Mulheres Munduruku Wakoborûm foi invadida e atacada em 25 de março, também por um grupo de garimpeiros ilegais. Sua sede foi violada, e seus documentos, móveis e equipamentos foram destruídos. Em 18 de abril, foram novamente atacados e roubaram-lhes centenas de litros de combustível e uma lancha.

O MPF vem alertando sobre as ações necessárias para evitar ataques dos garimpeiros em território Munduruku desde 2017. Após o primeiro ataque em 2021, junto com a Associação de Mulheres Munduruku Wakoborûm, o MPF lançou uma campanha de arrecadação de fundos. Com essa campanha, as mulheres Munduruku e o MPF pretendem arrecadar fundos para a renovação do prédio, substituição dos itens destruídos, e para a expansão da mobilização e da luta contra o avanço do garimpo ilegal.

Além disso, o Escritório Regional para a América do Sul do ACNUDH e a ONU Mulheres emitiram uma declaração conjunta expressando sua preocupação sobre as ameaças e ataques contra as defensoras dos direitos das mulheres e solicitando medidas urgentes para proteger os direitos dos Munduruku. Indicaram que o Estado não está adotando as medidas necessárias para evitar ataques como o sofrido por Wakoborûm, mesmo quando tais ataques tinham sido previamente anunciados.<sup>16</sup>

## Violência na Terra Indígena Yanomami

Os ataques dos garimpeiros às terras Yanomami se intensificaram desde que a comunidade Palimú estabeleceu uma barreira sanitária para evitar a propagação da COVID-19 com a invasão dos garimpeiros ilegais, que eles consideram como possíveis transmissores da doença. Entretanto, com a crise socioeconômica decorrente da pandemia e com o alto preço do ouro<sup>17</sup> em 2020, o garimpo ilegal aumentou em 30% na Terra Indígena Yanomami.<sup>18</sup>

Em 10 de maio de 2021, os Yanomami da região de Uraricoera foram atacados por garimpeiros ilegais com armas de fogo e bombas de gás. Os garimpeiros juraram vingança contra os Yanomami que interceptaram uma carga de 990 litros de combustível para um avião e um helicóptero, que são cruciais para o transporte de ouro ilegal das Reservas Indígenas, muitas vezes inacessíveis por outros meios de transporte.<sup>19</sup> Também foram relatados ataques similares por garimpeiros ilegais em abril.<sup>20</sup>

A Terra Indígena Yanomami tem sido um alvo do garimpo ilegal de ouro desde os anos 80. É a maior Terra Indígena do país, com uma área de aproximadamente 95.000 km<sup>2</sup>. Atualmente, estima-se que existam mais de 20.000 garimpeiros ilegais dentro do seu território,<sup>21</sup> apesar do garimpo ter sido declarado ilegal em Terras Indígenas.

Em 13 de maio, o MPF tinha pedido à Justiça Federal do estado de Roraima para garantir a segurança da aldeia, mas a decisão judicial não foi cumprida imediatamente.<sup>22</sup> Em 15 de maio, duas crianças Yanomami, de um e cinco anos de idade, foram encontradas mortas no dia seguinte ao ataque, de acordo com uma denúncia feita pela Hutukara Associação Yanomami.

De acordo com a Hutukara Associação Yanomami, as invasões na Terra Indígena Yanomami começaram na década de 1970. Os agricultores se estabeleceram na região com títulos emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o órgão governamental responsável pela reforma agrária. Mesmo com a conclusão da demarcação da Terra Indígena Yanomami em 1992, as invasões nunca pararam e a violência não parou de aumentar.

Os Yanomami enviaram várias cartas às autoridades governamentais sobre a situação na região de Palimú –como a Funai, o MPF, a Polícia Federal ou o Exército Nacional–denunciando o aumento da violência contra a comunidade e pedindo medidas urgentes para garantir sua segurança. Em resposta a estas cartas, as autoridades expressaram preocupação, mas nunca tomaram as medidas necessárias para combater toda a rede através da qual circula o ouro. Ocasionalmente são realizadas operações policiais, mas os garimpeiros ilegais retornam rapidamente.

Um dia depois do ataque de 10 de maio, a Polícia Federal estava presente na área, mas não intimidou os garimpeiros, que atiraram contra a equipe policial

que se encontrava em Palimiú. Segundo a Funai, junto com as autoridades policiais, estão investigando o “suposto conflito”.

A CIDH e o Escritório Regional do ACNUDH publicaram um comunicado de imprensa pedindo ao governo brasileiro que proteja a vida, a integridade física e as terras e recursos naturais do povo Yanomami.<sup>23</sup>

Em 1º de novembro de 2021, a Hutukara foi notificada de dois assassinatos que ocorreram em setembro de 2021. Dois indígenas do Povo Indígena Moxihatëtêma, um grupo em isolamento voluntário, morreram como resultado de um ataque dos garimpeiros. Os guerreiros Moxihatëtêma se aproximaram do garimpo “Faixa Preta”, localizado no alto rio Apiaú, com a intenção de expulsar os invasores, quando foram cercados por garimpeiros e baleados. “O garimpo ‘Faixa Preta’ está localizada no rio Apiaú, cerca de quatro dias de barco desde o posto de saúde homônimo. Análises de imagens de satélite indicam que na região um total de mais de 100 hectares de floresta já foram destruídos pela atividade ilegal”.<sup>24</sup>

O Conselho de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuana denunciou que, em 21 de outubro de 2021, duas crianças Yanomami, de quatro e sete anos de idade, estavam brincando nas margens do rio Parim quando, alegadamente, foram sugadas pelo maquinário usado por garimpeiros ilegais na região e depois arrastadas pela correnteza.<sup>25</sup> A morte das crianças, apontam lideranças Yanomami, é mais uma tragédia na esteira da constante mineração ilegal de minério no território indígena, mesmo oficialmente demarcado.<sup>26</sup>

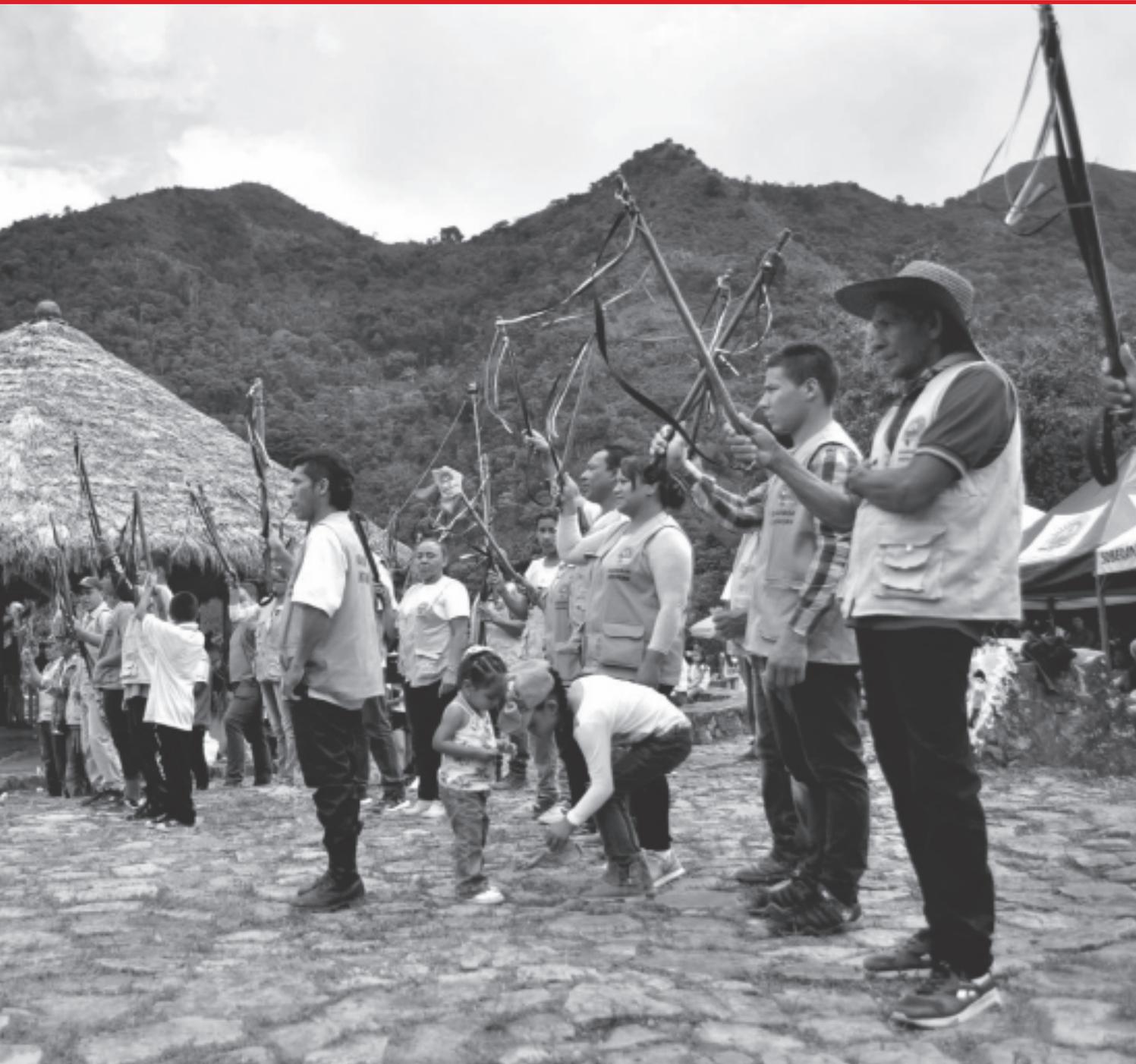
O Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério do Meio Ambiente, a Polícia Federal e a Fundação Nacional do Índio não fizeram nenhum pronunciamento sobre a morte dos jovens e das crianças Yanomami.

Em dezembro de 2021, o governo reportou 87 pistas de pouso e três portos clandestinos que já tinham sido inspecionados, 22 aeronaves (das 111 apreendidas) foram inutilizadas, assim como 10 balsas, 11 veículos e quatro tratores usados para cometer crimes ambientais, além da prisão de 38 pessoas e a apreensão de cerca de 30.000 quilos de minério e 850 munições.<sup>27</sup>

As investigações policiais relacionaram a cadeia do comércio ilegal de ouro no Brasil, proveniente do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, com as ações do Primeiro Comando da Capital (PCC). O PCC é conhecido por trabalhar dentro do sistema penitenciário, mas desde 2018, vem avançando nas áreas de garimpo. Os criminosos em Terras Indígenas, como espaços seguros para se manterem escondidos, alimentam o crime organizado.<sup>28</sup> Além do garimpo, a organização opera no tráfico de drogas, opera bordéis, venda de gasolina, comida, bebidas e segurança privada. De acordo com a *Folha de Boa Vista*, 40 corpos foram decapitados entre janeiro de 2018 e outubro de 2019. As datas coincidem com a migração dos membros do PCC para a área de garimpo.<sup>29</sup>

# Colômbia

Foto: Francisco Vanegas



**Indigenous Peoples  
Rights International**

Championing Indigenous Peoples Rights

# Colômbia

## Contexto do país

Em 2021, massacres, assassinatos, ataques, deslocamento forçado, confinamento, colocação de minas antipessoal, despossessão territorial e confrontos armados em territórios indígenas têm sido constantes. As violações dos direitos dos povos indígenas se devem ao interesse estratégico nesses territórios e ao seu modo de vida, que desafia diretamente o modelo capitalista e de acumulação. Segundo o escritório do ACNUDH na Colômbia, a violência tem aumentado na região do Pacífico colombiano. Em 2021, o ACNUDH na Colômbia recebeu 202 denúncias de assassinatos de pessoas defensoras dos direitos humanos. Setenta e oito foram verificadas, e 11 delas são pessoas indígenas: 5 mulheres e 6 homens.<sup>30</sup>

Devido a violações massivas dos direitos fundamentais e novos projetos de lei que limitam ainda mais os direitos, bem como o não cumprimento de acordos anteriores, os povos indígenas aderiram à “Minga pela Vida”, a mobilização nacional que começou em 28 de abril.<sup>i</sup> O governo colombiano respondeu com uma repressão violenta ao invés de dialogar com as pessoas que se manifestavam. Além disso, houve atos de estigmatização, comentários racistas e discursos de ódio promovidos até mesmo por autoridades locais e departamentais. Em meio a este ambiente, abriu-se o caminho para ataques contra a vida e a integridade de lideranças indígenas. Um exemplo é o ataque à minga indígena na cidade de Cali em 10 de maio, onde as pessoas que marchavam foram atacadas com armas de fogo por civis que, como as evidências mostram, não foram detidos pelas forças de segurança pública, que também estavam presentes no local.

Segundo a Organização Nacional Indígena da Colômbia (Organización Nacional Indígena de Colombia – ONIC), houve mobilizações indígenas em pelo menos 114 municípios, e pessoas e comunidades indígenas sofreram violência em 26 destes. Foram registrados 238 incidentes de violência, incluindo dois homicídios, três ataques físicos, 159 casos de assédio e 21 casos de ataques.<sup>31</sup> Os jovens indígenas Jhon Alexander Yotengo Chaguendo (povo Nasa) e Sebastián Jacanamijoy (povo Inga) foram assassinados no contexto do protesto social. Durante um ataque em Santander de Quilichao, Cauca, Beatriz Cano, uma comunicadora da Associação dos Conselhos Indígenas do Norte do Cauca (Asociación de Cabildos Indígenas del Norte del Cauca – ACIN) foi morta; e Aleida Perafán e Juan David Güegüe, autoridade do *resguardo* (reserva) Munchique Los Tigres,<sup>32</sup> foram gravemente feridos. Além disso, o *resguardo* Nasa Embera Chamí de La Delfina, Valle del Cauca, foi militarizado.<sup>33</sup>

<sup>i</sup> Em 2021, a partir de 28 de abril, houve um levante popular, motivado por dívidas históricas com as populações de diferentes setores do país e pelas medidas econômicas e políticas adotadas pelo presidente Iván Duque (representante do Centro Democrático e confidente do ex-presidente Álvaro Uribe Vélez), as quais provocaram graves e massivas violações dos direitos humanos.

No contexto das mobilizações nacionais, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) realizou uma visita de trabalho ao país em junho de 2021. Em seu relatório, a CIDH destacou o discurso estigmatizante utilizado pelas autoridades colombianas e “notou a existência de um clima de polarização que está diretamente relacionado tanto à discriminação estrutural étnico-racial e de gênero, quanto a fatores políticos. Este fenômeno está presente em diferentes setores sociais e se manifesta no discurso estigmatizante que, por sua vez, leva a uma deterioração acelerada do debate público. A Comissão Interamericana considera este discurso particularmente preocupante quando vem das autoridades públicas”.

Além da violência no contexto dos protestos nacionais, graves violações dos direitos humanos têm continuado em territórios indígenas, como o assassinato de Rafael Domicó, gerente cultural Jaibaná e Embera de Dabeiba, Antioquia,<sup>34</sup> ou o assassinato de lideranças e autoridades indígenas como Sandra Liliana Peña Chocué, governadora do *resguardo* La Laguna, no município de Caldone, Cauca,<sup>35</sup> e de Oneida Argenis Yatacué e seu marido Marcelino Yatacué Ipia, que foram assassinados em Media Naranja de Corinto, Cauca. (*read case in page 25*).

Os projetos de mineração em territórios indígenas sem consulta estão aumentando. As comunidades indígenas em Nariño souberam de novas concessões de mineração nos *resguardos* indígenas de Cumbal, Chiles, Panan, Mayasquer, Mallama e Gran Tescual. As concessões não passaram por nenhuma consulta e estão afetando a maior parte do seu território, incluindo terras pantanosas e fontes de água que fornecem água para as populações indígenas e não-indígenas da região. Uma situação semelhante afeta o povo Chamí em Caldas. Os impactos adversos das operações de mineração são aumentados devido à precariedade das infra-estruturas e à presença de grupos armados como as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-Ejército del Pueblo (FARC-EP), Ejército de Liberación Nacional (ELN), grupos paramilitares e grupos armados pós-desmobilização.<sup>36</sup>

## Cauca: assassinato da Governadora Oneida Argenis Yatacué

Em 9 de junho de 2021, Oneida Yatacué e seu marido Marcelino Yatacué Ipia foram assassinados em Media Naranja de Corinto, Cauca, deixando dois filhos de 15 e 25 anos. Os filhos tiveram que sair do território para salvar suas vidas após as ameaças que vieram com a morte do pai e da mãe.

Oneida Argenis Yatacué era uma das principais defensoras do mandato comunitário que, após 2016, proibiu expressamente qualquer presença de grupos armados no território indígena. Tinha sido eleita governadora três anos atrás. Antes de ser eleita, ela tinha trabalhado por 12 anos como professora, dedicando-se a evitar que crianças e jovens fossem recrutados por atores armados. Como governadora, ela continuou a promover os processos de libertação da mãe terra das mãos de grandes latifundiários e fazendeiros, a resistência ao recrutamento forçado e a expulsão de atores armados do território.

A governadora Oneida conseguiu resgatar pelo menos seis crianças das mãos de atores armados. Quando os dissidentes levaram um menino para ser executado, a comunidade, liderada por Oneida e a guarda indígena, o resgatou. Além de sua resistência ao recrutamento forçado, Oneida participou da captura de três membros do ELN e sete membros do Dagoberto Ramos, que foram processados pela Jurisdição Indígena Especial e enviados a uma penitenciária estadual.

O Conselho Indígena Páez de Corinto, no município de Corinto, ao norte do departamento de Cauca, é um *resguardo* colonial, estabelecido inicialmente em terras extensas e férteis no vale do rio Cauca. Após décadas de despossessão legal e material, as terras foram deixadas nas mãos dos latifundiários. As monoculturas de cana-de-açúcar se expandiram nas terras ancestrais, e a população indígena foi expulsa para as montanhas.

A luta pela recuperação das terras ancestrais e a defesa daquelas recuperadas tem sido enfrentada com massacres, criminalização e perseguição. Na memória da comunidade permanecem os massacres de López Adentro, em 25 de janeiro de 1984, quando as forças de segurança assassinaram cinco indígenas, queimaram 150 casas e arrasaram 300 hectares de plantações; o massacre de El Nilo, em 1991, onde 20 pessoas indígenas foram assassinadas, entre elas sete são de Corinto; e 10 anos depois, em 18 de novembro de 2001, o massacre de Gualanday, no território ancestral de Corinto, quando os paramilitares assassinaram 13 pessoas, incluindo guardas indígenas e camponeses.

Segundo o censo comunitário, o *resguardo* tem aproximadamente 14.631 habitantes indígenas que compõem 5.494 famílias. Entretanto, o último censo estadual registra apenas 1.765 pessoas no *resguardo*.<sup>i</sup> De acordo com a regulamentação vigente, para esta região do país cada família precisa de pelo

<sup>i</sup> O censo de 2018 do Departamento Nacional de Estatística (DANE) subregistrou a população indígena em mais de 526 *resguardos*, um fenômeno que as comunidades descreveram como "genocídio estatístico".

menos seis hectares de terra para garantir uma vida digna. Isso significa que Corinto precisaria de pelo menos 32.964 hectares para fornecer alimentos de subsistência e excedentes comercializáveis. Ainda assim, eles vivem em 2753 hectares, que também são disputados por atores armados legais e ilegais e fortes estruturas de tráfico de drogas.

A comunidade tem sobrevivido no território resistindo à guerrilha, aos paramilitares e ao exército. A assinatura do Acordo de Paz Final em 24 de novembro de 2016 significou um breve descanso da guerra. Uma autoridade tradicional disse: “[t]ivemos quase um ano de paz. Soubemos o que era viver sem a guerra. Depois repetimos a decisão de sermos um território livre de atores armados [...] O recrutamento forçado aqui é uma questão difícil, porque não há oportunidades e as condições de vida de muitas famílias os tornam presas fáceis. Eles são enganados com presentes e estão sendo levados desde os 10 anos de idade”.<sup>37</sup>

Quando perguntado sobre o impacto do assassinato de Oneida e Marcelino na comunidade, um membro reiterou a vontade de lutar e resistir que tem lhes permitido sobreviver. “A morte da governadora nos encheu de ainda mais raiva. Foi uma perda terrível porque ela estava liderando o projeto educacional, além de defender o território. Estas mortes não só beneficiam os narcotraficantes e os dissidentes, mas também servem aos latifundiários que querem nos eliminar física e culturalmente para continuar a despossessão. Mas permanecemos firmes na defesa do nosso território e da nossa autonomia. Continuaremos a defender cada centímetro de terra”.<sup>38</sup>

## Caldas: assassinato de Andrés Córdoba Tamaniza

Andrés Córdoba Tamaniza, 17 anos, desapareceu em 21 de maio de 2021 da comunidade. A partir daí, a guarda indígena<sup>i</sup> e outros membros da comunidade iniciaram a busca. Em 2 de junho, o Corpo Técnico de Investigação (Cuerpo Técnico de Investigaciones-CTI) chamou a mãe dele para identificar o corpo. Andrés foi encontrado no rio Cauca, perto do município de Chinchiná, Caldas. Seu corpo estava desmembrado e mostrava sinais de tortura e um ferimento de bala no crânio. Andrés tinha participado ativamente das mobilizações da Greve Nacional até 6 de maio exigindo que o Estado garantisse os direitos fundamentais da sua comunidade.

No sudoeste do departamento de Caldas, no município de Belalcázar, está o *resguardo* indígena Embera Chamí de Totumal (Saut Drua, na língua Embera). De acordo com o censo comunitário, o *resguardo* tem 1016 habitantes que compõem 246 famílias. Entretanto, o censo estadual de 2018 reconhece apenas 187 habitantes. De acordo com as normas vigentes, cada família requer um mínimo de 5 hectares de terra para garantir uma vida digna. Isto significa que Saut Drua precisaria de pelo menos 1230 hectares para fornecer alimentos de subsistência e excedentes comercializáveis. Ainda assim, eles vivem na estreiteza de 53 hectares, cercados por propriedades privadas e condomínios de famílias ricas que os proíbem de passar perto de suas propriedades e os assediam permanentemente com ameaças, estigmatização e outras ações discriminatórias. Estruturas armadas ilegais ligadas ao narcotráfico, conhecidas como Cordillera e La Oficina, operam na área circundante, disputando o controle de um corredor estratégico e o monopólio do microtráfico.

Os Embera Chamí foram identificados como um dos 34 povos indígenas da Colômbia em risco de desaparecer física e culturalmente no auto 004 de 2009 do Tribunal Constitucional.<sup>ii</sup> O tribunal ordenou ao Estado que implementasse medidas especiais de proteção para esses povos.

A luta para proteger o escasso território e expandi-lo para ter terra suficiente levou a graves violações dos direitos humanos, como perseguição e recrutamento forçado, cuja expressão última foi o assassinato de alguns representantes: ex-governador e jaibaná Luis Albeiro González Morales em 2013, o conselheiro Jesús María Morales Morales em 2017 e o conselheiro Luis Aníbal Morales Morales em 2017. Como resultado de sua resistência, conseguiram que o Estado adquirisse um terreno de três hectares em outro município. Entretanto, a terra ainda está nas mãos dos proprietários, que “dizem não querer ver ranchos indígenas ou índios na região”.<sup>39</sup>

<sup>i</sup> A guarda indígena é um corpo ancestral que faz parte do modelo de vida de algumas comunidades indígenas na Colômbia em busca de seus processos de resistência, autonomia e defesa de seu território.

<sup>ii</sup> O Tribunal Constitucional da Colômbia é o mais alto tribunal criado com a Constituição Política de 1991, encarregado de salvaguardar esta última. Os mandados do tribunal são ordens para dar impulso e assegurar o cumprimento das ordens emitidas através de decisões judiciais. O auto 004 de 2009 é um instrumento da lei de grande importância para a proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos e povos indígenas deslocados pelo conflito armado ou em risco de deslocamento forçado.

Em fevereiro de 2019, o governador do *resguardo* solicitou aos órgãos de segurança do estado que investigassem as ameaças sistemáticas contra ele e a comunidade. Entretanto, apesar da chegada do exército, da polícia e das agências de inteligência ao *resguardo*, os fatos não foram esclarecidos.

As investigações sobre o assassinato de Andrés não estão avançando. Sua mãe, que trabalha em fazendas privadas de café e ganha cerca de 9 dólares por dia, vive com medo de disparos noturnos e da presença de homens armados nas proximidades do *resguardo*. Os jaibanás, pessoas que possuem espíritos encarregados de fazer previsões e realizar práticas de cura para a comunidade, dizem que esta morte causou grande desarmonia na comunidade e os tornou espiritualmente vulneráveis.

## Confinamento e deslocamento no Chocó

O departamento do Chocó está localizado no noroeste da costa do oceano Pacífico colombiano. Ele liga o departamento de Antioquia com o mar através dos rios Jiguamiandó, Salaquí e Truandó até a fronteira com o Panamá. Esta situação estratégica, juntamente com os conflitos sobre o acesso à terra e a negligência do Estado, proporcionaram um cenário favorável para o desenvolvimento do conflito armado. O departamento é uma das áreas mais violentas do país. A violência tem diversas causas, sendo uma das mais visíveis a presença de diferentes grupos armados que lutam pelo controle das rotas do narcotráfico e do garimpo ilegal. A luta incessante obriga as comunidades a uma situação de confinamento em pequenas áreas, impedindo-as de realizar suas atividades tradicionais, incluindo a produção dos alimentos que sustentam as comunidades. A presença de minas terrestres também impede o desenvolvimento normal das atividades. A tensão e o medo permanentes têm resultado em deslocamentos forçados em busca de segurança e em elevados índices de suicídio.

### Confinamento forçado em El Brazo

A comunidade de El Brazo (Bacurrú Purrrú), *resguardo* Río Valle y Boroboro, localizado no município de Bahía Solano (Chocó), compartilha a mesma situação que as comunidades indígenas localizadas no município de Bahía Solano, devido à presença de atores armados que cometem graves violações dos direitos humanos, agravada pela falta de reação do governo nacional. Os atores armados estabelecem postos de controle nos territórios das comunidades indígenas e exercem controle sobre os corredores de mobilidade por rio e terra até o Panamá, gerando recursos econômicos significativos com os quais também conseguem cooptar alguns agentes estatais. Eles também regulam a vida social, fragmentando a autonomia sobre territórios coletivos e *resguardos*, recrutando e utilizando à força crianças e adolescentes em atividades ligadas ao tráfico de armas e drogas.

As comunidades estão resistindo a esta situação com o apoio de seus líderes, tais como o sábio Embera Dobida e ex-governador Miguel Tapi Rito. Ele era um mestre construtor de tambos (edifícios tradicionais) e guiava as novas gerações da comunidade com sua sabedoria. Na noite de 3 de dezembro de 2020, homens armados e encapuzados pertencentes ao grupo paramilitar Autodefensas Gaitanistas de Colombia (AGC) vieram até sua casa e lhe disseram para acompanhá-los até o rio. Mais tarde, quando não voltou, seus parentes foram procurá-lo e encontraram seu corpo decapitado na comunidade de El Brazo. Dada a falta de reação do Ministério Público, a comunidade tomou conta do corpo e o levou para o tambo da comunidade para realizar o velório. Eles

coletaram algumas pistas potenciais no local do crime (um cordão, cal e roupas) que entregaram ao investigador oficial quando ele chegou ao território dias após o assassinato.

A família do líder Embera teve que deixar seu território, com o apoio da organização Pastoral Social. Apesar de suas solicitações, a Unidade de Vítimas do governo não considerou este pedido de apoio humanitário. Além disso, em 4 de dezembro de 2020, 931 pessoas de El Brazo, Bacurrú Purrú, Pozamansa e Boroboro foram deslocadas à força por atores armados e se refugiaram na Escola Normal Santa Teresita, na aldeia de El Valle. Devido à hostilidade e pressões do prefeito, retornaram a seus territórios em 28 de janeiro de 2021 sem nenhum plano ou acompanhamento claro e mais uma vez expostos à expulsão pelos atores armados.

Posteriormente, em 28 de junho, a AGC entrou nas terras de El Brazo e montou um acampamento a dois quilômetros de distância da comunidade. A AGC tem uma lista de três pessoas que eles estão ameaçando: Romaldo Tapi Machuca, diretor do centro educacional que vem transportando suprimentos para os estudantes; Gustavo Amagra, governador da comunidade de Boroboro; e Efrén Chamorro Dogirama, líder da comunidade de Boroboro.

A guarda indígena tem, por enquanto, salvaguardado a vida das pessoas ameaçadas, já que a apresentação de denúncias junto à personería municipal ou à Ouvidoria não oferece nenhuma garantia de proteção. A AGC entrou na escola em El Brazo e danificou o quadro negro, carregou seus telefones celulares e, apesar dos pedidos, disse que iriam embora quando quisessem fazê-lo. Atualmente, as comunidades estão confinadas há 22 dias, vivendo na ansiedade e humilhação de serem forçadas a compartilhar com as pessoas armadas que estão violando a harmonia da comunidade.

### **A situação dos Emberá deslocados à força pela violência**

A evidência mais crítica da situação no Chocó são as 1500 pessoas indígenas assentadas pelas estradas de Quibdó-Medellín e Quibdó-Pereira. Pertencem aos povos Emberá Eyábida e Embera Dóbida e a maioria deles foram deslocados à força de seus territórios devido à presença de atores armados ilegais que os impedem de cultivar, pescar e caçar. Enfrentam estigmatização e criminalização devido a suas reivindicações por seus direitos à alimentação e à segurança.

Os povos Embera de Chocó foram submetidos à colonização e à evangelização. Na década de 1980, o grupo guerrilheiro Ejército de Liberación Nacional (ELN) entrou em seus territórios. O ELN dividiu-se em dois grupos, ELN e Ejército Revolucionario Guevarista (ERG), que distribuíram entre si o controle das terras, situação que se deteriorou ainda mais com a chegada dos paramilitares das Autodefensas Unidas de Colombia (AUC). O confronto entre estes grupos e a

presença do Exército evoluiu para uma guerra que resultou em assassinatos em massa, terror e deslocamento forçado.<sup>40</sup>

Atualmente, o ELN, os paramilitares e os narcotraficantes controlam a área, forçando as comunidades a se deslocarem. Têm estabelecido pequenos assentamentos junto às estradas, onde moram em casas de plástico precárias, sem acesso à educação ou serviços de saúde. Conflitos surgiram com os camponeses assentados na área desde a época da construção das estradas.

O assentamento junto às estradas pode ter aumentado a segurança, mas não há condições para que os Embera desenvolvam suas atividades produtivas, por isso tem aparecido a fome. Algumas pessoas se inscreveram em novas atividades, tais como mineração, com pouco sucesso devido à falta de experiência e de equipamento técnico. Alguns migraram para as principais cidades, como Medellín, Manizales, Pereira, Armênia ou Cali, onde sobrevivem nas ruas. A mais notória destas cidades informais está no Parque Nacional de Bogotá, onde moram 1450 Embera desde novembro de 2021.

Em 2021, os Embera recorreram ao bloqueio de estradas para reivindicar seus direitos.<sup>41 42 43 44 45</sup> Os impactos dos bloqueios foram sentidos pela população de Quibdó, Istmina e Tadó, e pelas comunidades que moram ao longo dos rios Atrato, San Juan e Baudó, afetados pela escassez trazida pelos bloqueios. Estas populações estão acusando os Embera de comportamento anti-social, que atrapalha a vida econômica da região sem motivo ou justificativa.

O Estado colombiano, através de instituições descentralizadas, como o Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar, aparece sempre que há um bloqueio para oferecer presentes e promessas apenas para resolver a situação. Mas nenhuma instituição assumiu a tarefa de apoiar os Embera para desenvolver um programa abrangente que possa responder à situação das comunidades que moram nas margens das estradas. O número de famílias Embera que mendigam nas ruas das cidades e vilas está aumentando, assim como a estigmatização contra elas.

# México

Foto: Eduardo Gutiérrez



**Indigenous Peoples  
Rights International**

Championing Indigenous Peoples Rights

# México

## Contexto do país

O México é devastado pela desigualdade social e pela violência extrema, com níveis alarmantes de assassinatos, deslocamentos e desaparecimentos num contexto de macro-criminalidade e negligência do Estado. Neste contexto, as comunidades indígenas vivem em uma situação que agrava as condições de desigualdade, pobreza, violência e impunidade. Afeta especialmente as pessoas que defendem seus direitos coletivos aos territórios e a autodeterminação diante de megaprojetos industriais. Isto é agravado pelo contínuo descaso das autoridades em garantir, respeitar e proteger os direitos dos povos indígenas.

Em 2021, as organizações que formam o grupo central do IPRI<sup>i</sup> no México registraram 16 casos de violações de direitos humanos contra os povos indígenas no México. Estes casos podem ser consultados no relatório completo *El asedio y el desprecio y contra los pueblos indígenas en México* (Assédio e Discriminação contra os Povos Indígenas no México). Em 2021, foram identificados sete tipos diferentes de violações graves dos direitos humanos envolvendo agressões.

Identificamos dois tipos de casos a partir desta amostra: casos de assédio e casos de discriminação.



<sup>i</sup> O grupo central é composto por: Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas (Chiapas), Centro de Derechos Humanos de la Montaña Tlachinollan (Guerrero), Colectivo Emancipaciones (Michoacán), Colectivo Masehual Siuamej Mosenyolchikauanij, (mulheres que se apoiam umas às outras), CONAMI, ECMIA (Puebla), Consultoría Técnica Comunitaria (Chihuahua), Indignación – Promoción y Defensa de los Derechos Humanos (Yucatán), Instituto Mexicano para el Desarrollo Comunitario (Jalisco) e Servicios para una Educación Alternativa A. C.- EDUCA (Oaxaca).

### **Casos de assédio**

Foram identificados três tipos de agressores que utilizam violência direta contra as comunidades: crime organizado, grupos herdeiros dos paramilitares e organizações armadas com história política.

Nos casos de agressão onde a violência direta é utilizada, seria de se esperar que o Estado mexicano fosse capaz de conter a violência e resolver os conflitos subjacentes. No entanto, a responsabilidade dos governos municipais e estaduais, agindo em cumplicidade com os agressores nas comunidades, foi documentada, criando assim condições favoráveis para que a impunidade prevaleça.

Apesar da existência de todo um aparato estatal e de uma Lei para a Proteção das Pessoas Defensoras dos Direitos Humanos, observamos que somente nos casos em que foram concedidas medidas cautelares pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos existem planos de proteção, mas nenhum deles foi totalmente implementado.

Apenas em 60% dos casos há reuniões entre representantes do governo e as comunidades, e em 10% dos casos não há qualquer intervenção. Por isso, as comunidades apontam para uma dinâmica de contínua pretensão por parte do Estado mexicano.

### **Casos de discriminação**

Identificamos dinâmicas estruturais que perpetuam as condições de desigualdade e negam o gozo de direitos para indivíduos e comunidades. Observamos uma série de comportamentos que violam os direitos humanos, seja por ação ou por omissão. O objetivo destas agressões é obter acesso a recursos econômicos, desmobilizar ou desencorajar a organização comunitária, mas, o mais importante, 60% deles identificaram a discriminação como motivo. Em todos esses casos, as comunidades implementaram estratégias legais e institucionais para que o Estado possa responder a suas reivindicações; entretanto, 60% delas percebem que não receberam nenhuma atenção, e 40% daqueles que tiveram diálogo com juizes ou funcionários públicos percebem que a resposta tem sido superficial.

As estruturas legais são deficientes ou inexistentes, e não há uma estrutura regulatória para proteger as vítimas de deslocamento forçado.

## Violência e impunidade em Oaxaca: a comunidade de Paso de la Reyna

Por mais de uma década, a comunidade de Paso de la Reyna, no estado de Oaxaca, tem se comprometido com a defesa do Rio Verde. Para realizar este trabalho, em 2006 formaram o Conselho de Pueblos Unidos pela Defesa do Rio Verde (Consejo de Pueblos Unidos por la Defensa del Río Verde – COPUDEVER) junto com 42 comunidades de Oaxaca (Mixtecos, Chatinos, Afromexicanos e Mestizos) para se oporem ao desenvolvimento da hidrelétrica de Paso de la Reyna. Para levar sua luta ao nível nacional, estas comunidades também criaram o Movimento Mexicano de Atingidos por Barragens e em Defesa dos Rios (Movimiento Mexicano de Afectados por las Presas y en Defensa de los Ríos – MAPDER).

Em 2019, as e os habitantes de Paso de la Reyna se uniram para se opor à extração de pedra natural do Rio Verde, um projeto iniciado pelo presidente municipal de Santiago Jamiltepec em aliança com a família Iglesias.<sup>1</sup> Entretanto, como resultado da pressão exercida por por estas contrapartes contra as comunidades, foram coagidos a um acordo de extração que tem sido violado repetidamente.

Em dezembro de 2020, o município interrompeu temporariamente a extração no Rio Verde e abandonou seu maquinário em terras públicas de Paso de la Reyna. Poucos dias depois, o maquinário foi danificado. Manuel Iglesias, um dos caciques da região, que atua como administrador do rio sem um cargo ou autoridade formal, exigiu a restituição e fez ameaças contra Fidel Heras, uma autoridade indígena e oficial do comissariado do *ejido*.

No mês seguinte, em uma assembléia pública comemorativa, Fidel notificou uma dívida de 500.000 pesos (cerca de 24.000 dólares) que a família Iglesias devia à comunidade, assim como a autoridade do comissariado local para exigir o pagamento. Em 21 de janeiro, Fidel encontrou uma nota de ameaça de morte anônima na sede do comissariado. Dois dias depois, o corpo de Fidel, cheio de balas, foi encontrado dentro de sua caminhonete fora da aldeia La Esperanza, no município de Santiago Jamiltepec.

Em 28 de março de 2021, Jaime Jiménez Ruiz, ex-agente municipal da comunidade de Paso de la Reyna e membro da COPUDEVER, também foi morto a tiros. Da mesma forma, nas noites de 14 e 15 de março, o agente municipal Raymundo Robles Riaño, Noé Robles Cruz e Gerardo Mendoza Reyes encontraram o mesmo destino em Paso de la Reyna. Em apenas três meses, um

<sup>1</sup> A família Iglesias tem sido uma dinastia política regional na área desde os anos 80. Seus membros, juntamente com membros do Partido Revolucionário Institucional (PRI) e da Comissão Federal de Eletricidade (CFE), são os principais promotores do projeto hidrelétrico em Paso de la Reyna. Ver: "Paso de la Reyna, la resistencia de los pueblos que vienen del mar" (6 de maio de 2019), disponível em: <https://piedepagina.mx/paso-de-la-reina-la-resistencia-de-los-pueblos-que-vienen-del-mar/>, e Berrueta, Jorge Tinajero, "¿Desarrollo regional para quién? El caso del Proyecto Aprovechamiento Hidráulico de Usos Múltiples Paso de la Reyna, Oaxaca, México" (2018), *Región y sociedad* 30, n° 73, disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/102/10256031004/html/>.

por cento desta comunidade indígena –todos membros de um movimento de conservação pacífico– foi exterminado.

Até o momento, os resultados das investigações estatais sobre esses casos não foram conclusivos e o Estado suspendeu todas as conversações formais relacionadas a esses casos alegando que se trata de uma medida preventiva. A polícia estadual só tem chegado à comunidade esporadicamente, apontando uma falta de pessoal e orçamento para realizar patrulhas básicas de segurança.

## Negligência do Estado e impunidade dos grupos armados: a situação das famílias Tsotsil em Los Altos, Chiapas, que vivem em perigo constante

Na região de Los Altos, no estado de Chiapas, nas terras comunais de Manuel Ultrilla em Chenalhó e Aldama, um conflito se arrasta desde 1970 por causa de um terreno de 60 hectares. Após ter sido ignorado, agora afeta as famílias indígenas Tsotsil das localidades de Coco, Tabac, Xuxchen, San Pedro Cotzilman, Chayomte, Juxton, Tselejpotobtic, Yeton, Sepelton, Yoctontik e a sede municipal de Aldama. O conflito, que originalmente tratava do uso agrícola e dos direitos sobre a terra, agravou-se com a aparição de novos atores e alianças, como o crime organizado e outros grupos armados que promovem impunemente seus próprios interesses nesse território indígena.

Em 27 de fevereiro de 2018, várias aldeias Tsotsil e áreas de trabalho agrícola foram cercadas por tiros. Entretanto, após 16 de março, os tiros atingiram igrejas, mercados, instalações municipais, assim como casas particulares em Aldama e arredores. Como resultado, a população local foi forçada a se refugiar coletivamente no campo, em cavernas e em cidades e aldeias vizinhas. Os ataques armados atingiram até mesmo crianças, incluindo um menino e duas meninas de Coco e Tabac. As comunidades de Aldama e seus arredores não podem mais contar com a proteção de suas vidas.

Em 2020, em um período de 17 dias, houve 56 ataques armados em 12 cidades e aldeias da região. Os membros da comunidade recorreram a vários instrumentos legais e medidas cautelares, incluindo pedidos formais de proteção do governo federal e de amparo, bem como recursos perante a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Desde então, 23 pessoas foram baleadas e feridas e outras sete foram mortas. Em 8 de maio de 2021, um grupo armado voltou a atirar contra casas em Coco. Como resultado, Lunez Pérez, 24 anos, perdeu sua vida enquanto estava na sua casa.

A violência também teve um custo econômico para as comunidades, pois suas plantações sofrem com a falta de proteção, o milho e os grãos não são semeados, e o café não é mais colhido. Além disso, a cosmovisão ancestral das comunidades é afetada, pois o deslocamento forçado as impede de praticar seus rituais nos lugares sagrados. Consideramos estas situações uma forma de tortura, pois levam as pessoas a viver em condições sub-humanas.

Estas graves circunstâncias perduram há muito tempo e são exacerbadas pela falta de resposta do Estado e pela incapacidade de reconhecer o verdadeiro valor das terras ancestrais. Tanto a CNDH quanto a CIDH pediram ao Estado mexicano a implementação de medidas de proteção. Entretanto, apesar das constantes denúncias de violência regional, o governo ignora as causas

fundamentais do problema e a violência continua. No primeiro trimestre de 2022, foram disparados tiros todos os dias e entre as graves consequências figuram duas pessoas feridas. Uma delas é um ancião da comunidade Ch'ivit, município de Aldama, e a outra é um membro da Polícia Preventiva do Estado que foi atingido por uma bala durante uma patrulha com membros da Guarda Nacional e do Exército. Até o momento, todas as investigações sobre os ataques em Aldama e nos arredores não deram certo e não conseguiram identificar os autores materiais e intelectuais da violência.

## A luta pela segurança através da autonomia indígena em Zitácuaro, Michoacán

---

O município de Zitácuaro em Michoacán, conhecido pela sua área de reserva de borboletas-monarca, é o lar dos povos Mazahua e Hñahñu, que vivem nas comunidades Crescencio Morales, Donaciano Ojeda e Francisco Serrato, e nos *ejidos* de Francisco Serrato e Carpinteros.

Há 11 anos, essas comunidades criaram as guardas comunitárias para garantir a paz e a segurança diante da presença de grupos criminosos na área. Monitorando a atividade nos pontos de entrada e saída da região e implantando patrulhas noturnas na floresta, conseguiram conter a violência até o ponto em que foram capazes de relaxar as medidas de segurança. Contudo, em 2020, a região experimentou um ressurgimento da violência por parte de um grupo criminoso dedicado a roubos de veículos, sequestros e assassinatos.

Na noite de 14-15 de dezembro de 2020, um grupo armado entrou na aldeia de Carpinteros e na cidade de Donaciano Ojeda. Em resposta, as comunidades se reuniram para coordenar de novo a segurança. Conseguiram resgatar três vítimas de sequestro e recuperar dois veículos roubados. Posteriormente, pediram ajuda à Procuradoria Geral da República e à Guarda Nacional, mas não obtiveram qualquer ajuda. Como resultado, as comunidades restabeleceram as guardas comunitárias.

Em janeiro de 2021, dois outros grupos criminosos, La Familia Michoacana e Los Caballeros Templarios, entraram na região, oferecendo serviços de proteção aos Mazahua e Hñahñu. As autoridades indígenas responderam que as comunidades não estavam interessadas em seus serviços de proteção e solicitaram sua saída num prazo de 48 horas. Posteriormente, a guarda comunitária foi emboscada durante a patrulha, resultando na morte de três membros: Vicente Guzmán Reyes, Ambrosio Guzmán Reyes e José Luis Chávez Mondragón.

As comunidades conclamaram as autoridades governamentais a registrar os assassinatos e iniciar uma investigação. Após 36 horas sem resposta, e com os corpos das vítimas ainda desprotegidos, as autoridades indígenas resolveram enterrar as vítimas, apesar da falta de uma certidão de óbito, documento que deve ser emitido pelo Estado antes que um cadáver possa ser legalmente removido do local do crime. No mês seguinte, Manuel Carmona, membro da guarda comunitária presente durante o ataque do mês anterior, estava em um mercado local com um amigo quando eles foram baleados. O companheiro de Manuel sobreviveu, mas ele não.

Ao longo deste tempo, as comunidades continuaram a solicitar assistência das autoridades estatais, tais como a Guarda Nacional, o Secretário de Segurança Pública, o Ministério Público e a Polícia Municipal. Eles também se reuniram com inúmeros funcionários públicos, incluindo o governador do estado. Entretanto,

aqueles que participaram destas reuniões relataram que suas histórias foram ignoradas. Quando pediram medidas de proteção para suas comunidades, ao invés disso, foram-lhes oferecidas caminhonetes, que não aceitaram, pois foi percebido como um suborno desrespeitoso.

As reivindicações dos Mazahua e Hñahñu não mudaram. Eles têm solicitado as certidões de óbito dos homens mortos em janeiro de 2021 e o reconhecimento de sua autonomia. Eles também exigem financiamento estatal adequado, no qual lhes sejam concedidos os fundos a que têm direito através de ajuda econômica direta e que os membros da guarda comunitária sejam formalmente registrados e autorizados a desempenhar suas funções, o que envolveria o uso de armas que requerem registro junto ao governo municipal.

Mas o Estado respondeu com ameaças de acusações criminais por enterrar os corpos de seus próprios membros da comunidade no cemitério da cidade. Foram acusados de violação das leis sobre enterros e exumações. Também foram sujeitos a outros tipos de ameaças, assédio e estigmatização. O fato de que os interlocutores do governo se ofereceram para retirar as acusações criminais em troca de seu apoio ao partido político do atual governador –isto é, para que eles “entrassem na linha”– ressalta a verdadeira natureza da situação.

Mas o estado respondeu com ameaças de acusações criminais por enterrar os corpos de seus próprios membros da comunidade no cemitério comunitário. Eles foram acusados de violar as leis de enterro e exumação. Também foram submetidos a outras ameaças, assédio e estigmatização. O fato de que os interlocutores do governo se ofereceram para retirar as acusações criminais em troca de seu apoio ao partido político do atual governador –ou seja, para “apoiar a bandeira”– destaca a verdadeira natureza da situação.

## A luta dos Rarámuri para recuperar e proteger seu território em Repechique, Chihuahua

---

A vila de Bosques San Elías Repechique, localizada no coração da Sierra Madre Occidental, no município de Bocoyna, abriga uma comunidade Rarámuri de mais de 500 habitantes. Não há registros oficiais da população exata. Ocupam este território desde tempos ancestrais. Em 1888 e 1906, o presidente mexicano Porfirio Díaz deu as escrituras das terras a duas pessoas que não eram nem Rarámuri nem residentes da região. Agora, os descendentes dos beneficiários das escrituras são os donos dos títulos de propriedade, mesmo que não ocupem ou utilizem o terreno.

A comunidade de Bosques de San Elías Repechique apresentou inicialmente um recurso para que seu território ancestral fosse legalmente reconhecido pelo governo federal e em 2014 venceu uma batalha legal contra a construção de um aeroporto na cidade de Creel. Esta decisão judicial também reconheceu os direitos ancestrais dos Rarámuri a 11.4000 hectares de terra e a exigência, segundo acordos internacionais, de que intervenham e participem dos assuntos públicos regionais, assim como que o Estado faça reparações pelos danos causados à sua cultura, identidade e cosmovisão. Infelizmente, esta virada de acontecimentos levou a uma campanha de intimidação dos detentores do título contra os Rarámuri.

Em 2017, os Rarámuri e o governo de Chihuahua estabeleceram um fundo de confiança para implementar projetos para o benefício coletivo da comunidade. Os Rarámuri optaram pela criação de uma oficina de costura e iniciaram a construção em abril de 2020. Um mês depois disso, agentes da Fiscalía (Ministério Público) invadiram o canteiro de obras com uma denúncia apresentada pelos supostos proprietários do terreno, acusando os Rarámuri de roubo de terras e danos ambientais, e exigindo que deixassem as instalações. Seu documento também apresentou uma denúncia penal contra Teresa González, membro da comunidade Rarámuri, na qualidade de promotora da oficina de costura.

Este assédio foi seguido por duas visitas policiais posteriores à oficina. Uma delas ocorreu em agosto de 2020 e resultou na prisão de 50 pessoas, incluindo crianças, bem como homens e mulheres idosos. Quando as pessoas detidas foram levadas à sede da polícia, seus supostos crimes já estavam sendo divulgados. No entanto, ao chegar à sede da polícia, foi-lhes dito que as instalações estavam fechadas e foram liberados. Posteriormente, em maio de 2021, a comunidade foi informalmente notificada pela polícia da existência de outra ordem, esta contra o governador da comunidade Rarámuri, decorrente de uma denúncia pública de três anos atrás. Nela, o governador era apontado como o responsável pelo roubo agravado de madeira e exigia que ele se apresentasse à sede da polícia para ser formalmente acusado.

Os Rarámuri sempre cuidaram de suas florestas e se opuseram ao desmatamento ilegal que ocorre nelas com o consentimento implícito do Estado. No entanto, agora são eles os culpados por espoliá-las e explorá-las, numa clara tentativa de forçá-los a renunciar à defesa do seu território.

# India

Foto: Diwakar Sharma



**Indigenous Peoples  
Rights International**

Championing Indigenous Peoples Rights

## Contexto do país

Entre julho e dezembro de 2021, o Centro de Defesa dos Direitos Indígenas (Indigenous Rights Advocacy Centre – IRAC)<sup>i</sup> apresentou 77 casos de violações dos direitos humanos dos povos indígenas à Comissão Nacional de Direitos Humanos (National Human Rights Commission – NHRC). Quarenta e quatro desses casos estavam relacionados à criminalização dos povos indígenas pela polícia, departamento florestal e outros funcionários do governo. Os outros 33 casos referem-se a atrocidades cometidas por atores não estatais/não tribais e à negação de documentos básicos e esquemas de bem-estar social pelo governo da Índia.

O IRAC também documentou nove casos de despejo forçado. Oito dos casos envolveram povos indígenas acusados como “invasores ilegais” de áreas florestais. O outro caso envolveu 11 famílias tribais irulares que viviam perto de um templo numa área urbana, no município de Peranamallur, no distrito de Tiruvanmalai, no estado de Tamil Nadu. Organizações de direitos tribais acreditam que foram despejadas porque sua presença foi vista como uma ameaça à segurança e proteção da área urbana.

Durante os despejos forçados em áreas florestais, as autoridades florestais e a polícia frequentemente queimam ou demolem as cabanas e outros bens das vítimas, que muitas vezes são abandonadas à sua própria sorte. Os oito casos de despejo ocorreram em cinco estados e um Território da União (TU),<sup>ii</sup> isto é, dois casos de Madhya Pradesh, dois casos de Tamil Nadu, um de Assam, um de Odisha, um de Kerala e um caso de Jammu e Caxemira (TU). Cerca de 303 famílias indígenas foram afetadas pelos despejos.

Além disso, os relatórios de crimes da Agência Nacional de Registros Criminais (National Crime Records Bureau – NCRB) dependente do Ministério do Interior de 2018 a 2020 mostram um aumento constante dos crimes contra os povos indígenas. Houve 6528, em 2018; 7570 casos, em 2019; e 8272, em 2020.<sup>46</sup> Também, entre 2017 e 2019, houve um aumento de 15% nos crimes contra mulheres e crianças das Tribos Registradas/Castas Registradas.<sup>47</sup> O último relatório da NCRB aponta um total de 1137 casos de estupro e 885 casos de agressão contra mulheres e crianças em 2020.<sup>48</sup>

Existem 104,3 milhões de pessoas indígenas ou de tribos registradas, também chamadas tribais ou Adivasis,<sup>iii iv</sup> na Índia. Representam 8,6% da população

<sup>i</sup> O IRAC é o parceiro nacional do IPRI na Índia. O IRAC procura combinar prática, pesquisa, defesa e colaboração a fim de promover e proteger os direitos individuais e coletivos dos povos indígenas na Índia (Ver: <https://irac.in/>).

<sup>ii</sup> Mais informações sobre os Territórios da União: <https://knowindia.india.gov.in/profile/union-territories.php>.

<sup>iii</sup> Em muitas partes da Índia, as tribos registradas são também conhecidas como adivasis. O termo adivasi é derivado das palavras hindi adi, que significa dos tempos mais remotos, e vasi, que significa habitante.

<sup>iv</sup> Neste relatório, os termos tribo registrada, tribal, adivasi e povos indígenas são utilizados de forma intercambiável.

total do país<sup>49</sup> e 90% vivem em áreas rurais.<sup>50</sup> Apesar de terem proteção constitucional especial, os Adivasis têm enfrentado a criminalização, violência e impunidade nas mãos do Estado e de atores não estatais. E se os perpetradores pertencem à casta superior, a condenação é muito improvável. Em 2020, a taxa de condenação por crimes cometidos contra os Adivasis foi de 28,5%, apesar de uma previsão de julgamento rápido nos “tribunais especiais”.<sup>51</sup> No caso de mulheres e crianças, entre o período de 2017 e 2019, a taxa de condenação sob a Lei de Prevenção de Atrocidades foi de apenas 26,86%, enquanto 84,09% dos casos estão pendentes.<sup>52</sup>

Os casos de criminalização contra os Adivasis estão freqüentemente ligados à defesa de seus direitos coletivos à *jal jameen jungle* (água, terra e florestas). Ativistas que se opõem à aquisição de terras para projetos industriais ou de mineração enfrentam assédios e ameaças.<sup>53</sup> Em geral, as pessoas defensoras dos direitos humanos são criminalizadas sob a draconiana Lei de Atividades Ilícitas (Prevenção) de 1967 (UAPA) e, para os Adivasis, inclusive sob várias leis florestais.<sup>54</sup> Em 15 de janeiro de 2021, a Relatora Especial da ONU sobre a situação das pessoas defensoras dos direitos humanos, Mary Lawlor, declarou: “[a] Índia é um Estado que não protege adequadamente as pessoas defensoras dos direitos humanos”.<sup>55</sup> Casos recentes que envolveram abusos da UAPA são a morte de um ativista dos direitos tribais, o padre Stan Swamy, 84 anos, sob custódia judicial em 5 de julho,<sup>i</sup> e a contínua detenção da ativista tribal Gond Hidme Markam. (*read case in page 47*)

Em julho de 2021, o magistrado do distrito de Barwani, no estado de Madhya Pradesh, chamou Valsingh Saste, um importante ativista da organização Jagrit Adivasi Dalit Sangathan, de “criminoso infame” e procurou expulsá-lo do distrito por um ano sob a Lei do estado de Madhya Pradesh de 1990 (Madhya Pradesh Rajya Suraksha Adhinyam-1990).<sup>56</sup> Além disso, um membro da tribo Maal Pahadia em Jharkand, Birsa Mahji, foi convocado pela polícia em 21 de dezembro por ter sido acusado de ser maoísta.<sup>57</sup> Birsa tem sido criminalizado desde 2005 sob a Lei de Prevenção de Práticas de Feitiçaria. Ele mantém a inocência de ambas as acusações, mas tanto ele quanto sua família têm enfrentado assédio por parte da polícia. Sua renda diária de 150 a 200 rupias (cerca de três dólares estadunidenses) como trabalhador não é suficiente para sustentar seus quatro filhos, muito menos para pagar taxas legais. Em seu recente caso em dezembro, a polícia lhe disse que se ele se entregar, obteria vários benefícios do governo e o caso contra ele seria arquivado.<sup>58</sup>

É especialmente difícil para os Adivasis orientar-se no sistema jurídico. Milhares permanecem nas prisões, muitas vezes sob acusações falsas. A pobreza, o desconhecimento da lei e de seus direitos ou a falta de apoio legal significam que muitos se encontram em detenção. Em 2021, o governo de Chhattisgarh retirou 594 casos criminais contra 726 tribais, incluindo mais de 100 casos ligados ao

---

<sup>i</sup> Stan Swamy era um padre católico e ativista dos direitos tribais de longa data. Foi preso em outubro de 2020 por seu suposto envolvimento com a violência de Bhima Koregaon em 2018. Sofria da doença de Parkinson e tinha pedido fiança por motivos médicos, o que foi rejeitado em várias ocasiões.

maoísmo,<sup>59</sup> seguindo as recomendações do comitê do juiz Patnaik.<sup>i</sup> Os governos dos estados de Jharkhand<sup>60</sup> e Madhya Pradesh também anunciaram a retirada de “falsas e mesquinhas acusações” contra os tribais.<sup>61</sup>

A militarização de regiões habitadas por povos indígenas, especialmente no nordeste da Índia<sup>ii</sup> e em estados afetados pelo “extremismo de esquerda”,<sup>62</sup> também tem levado a graves violações dos direitos humanos. Casos de tribais inocentes mortos em “falsos confrontos” (mortes extrajudiciais pela polícia ou pelas forças armadas) foram relatados em junho e dezembro de 2021.

Em 12 de junho, as forças de segurança mataram Bramhadev Singh, 24 anos, na floresta perto da aldeia de Piri, no distrito de Latehar, em Jharkhand.<sup>63</sup> Em 27 de junho, Santosh Markam, 35 anos, foi supostamente torturado e morto a tiros pela polícia na frente de vários vizinhos.<sup>64</sup> Santosh foi rotulado como “temido naxalita” na aldeia de Neelavaya no distrito de Dantewada, em Chhattisgarh. Em 3 de dezembro, 13 trabalhadores tribais Naga inocentes foram mortos pelo exército em um suposto caso de “identidade equivocada” no distrito de Mon, no estado de Nagaland.<sup>65</sup>

As mulheres indígenas também enfrentaram a criminalização e a violência das forças de segurança nas áreas atingidas pela insurgência durante 2021. Em 23 de fevereiro, duas mulheres tribais identificadas como Pandey Kawasi, 20 anos, e Kumari Jogi Kawasi, 35, foram alegadamente presas pela polícia na aldeia de Gudse, no distrito de Dantewada, Chhattisgarh, sob a acusação de serem maoístas. Ambas morreram sob custódia policial.<sup>66</sup> Além disso, em 30 de maio, Payke Veko, 24 anos, foi supostamente sequestrada de sua casa e morta sob custódia policial no distrito de Dantewada. Embora a polícia afirmasse que ela foi morta em um encontro com maoístas, a mãe da jovem mulher observou feridas em seus seios, coxas e mãos.<sup>67 68</sup>

Por outro lado, pessoas inocentes da aldeia tribal foram submetidas a execuções extrajudiciais, sequestros e torturas pelos maoístas, sob a acusação de serem “informadores da polícia”. Os maoístas mataram vários tribais em 2021, incluindo Korra Pilku, de 35 anos, na aldeia de Kothapalem, no distrito de Andhra Pradesh, em Visakhapatnam, no dia 5 de março;<sup>69</sup> Madkam Arjun, 15, e Taati Hadma, 21, na área de Jagargunda, no distrito de Sukma, no estado de Chhattisgarh em 19 de abril;<sup>70</sup> e Madvi Raj Kumar na aldeia de Cheruvugumpu, no distrito de Godavari Oriental, no estado de Andhra Pradesh, em 17 de novembro.<sup>71</sup>

---

<sup>i</sup> Após chegar ao poder em Chhattisgarh em dezembro de 2018, o governo do Partido do Congresso, liderado pelo ministro-chefe Bhupesh Baghel, constituiu um comitê de sete membros sob a presidência do juiz A K Patnaik, ex-juiz da Suprema Corte, para analisar os casos criminais apresentados contra “tribos inocentes” nos distritos afetados pela insurgência. O comitê recomendou a retirada de 627 casos.

<sup>ii</sup> Atualmente, a Lei das Forças Armadas (Poderes Especiais) de 1958, sob a qual as Forças Armadas receberam poderes especiais e impunidade absoluta, aplica-se em quatro estados do nordeste da Índia, a saber, a totalidade de Nagaland, Assam, Manipur (excluindo a área municipal de Imphal) e partes de Arunachal Pradesh. Estes estados são em grande parte habitados por povos indígenas. A Lei de Poderes Especiais foi retirada de Meghalaya em 2018.

## Lei das Forças Armadas (Poderes Especiais) de 1958 posta novamente em questão após o assassinato de um tribal Kuki em Manipur

A esposa de Mangboilal Lhouvum ficou viúva depois que seu marido foi morto a tiros por um comandante dos Fuzileiros de Assam em 4 de junho de 2021. Neikhochong Lhouvum terá que criar seus quatro filhos, com idades entre sete e um ano, sem um pai. Falando à mídia, ela lembrou: “[t]ínhamos acabado de chegar do trabalho e, depois do almoço, ele saiu para visitar a casa do vizinho... depois que um tiro foi ouvido, fui informada de que meu marido estava ferido na estrada. Corri para o local e o encontrei gravemente ferido e em estado crítico”.<sup>72</sup>

Mangboilal, 29 anos, um membro da tribo Kuki de Manipur, foi encontrado com um ferimento de bala no abdômen. Ele conseguiu identificar seu agressor, tendo sido capturado por uma testemunha ocular em um vídeo que posteriormente se tornou viral. O vídeo mostrava Mangboilal sangrando profusamente e era escutado dizendo que tinha sido o major Alok quem tinha disparado contra ele.<sup>73</sup> Morreu a caminho do hospital.

O Exército há muito tempo desfruta da impunidade garantida pela Lei das Forças Armadas (Poderes Especiais) de 1958. O artigo 6 estabelece que “nenhum processo, ação judicial ou outro procedimento legal será iniciado, exceto com a permissão prévia do governo central, contra qualquer pessoa em relação a qualquer coisa feita ou destinada a ser feita no exercício dos poderes conferidos por esta lei”.<sup>74</sup> Isto significa que nem o governo de Manipur nem a Polícia Estadual têm qualquer jurisdição sobre as Forças Armadas Centrais. O major Alok Sathe, comandante da Companhia E dos Fuzileiros de Assam 44, e seus homens envolvidos no incidente, foram produzidos perante o tribunal, mas foram ilibados da prisão ou de quaisquer consequências.<sup>75</sup>

O Escritório de Informação de Imprensa (Ala de Defesa) de Imphal emitiu uma declaração dizendo que a equipe de Fuzileiros de Assam tinha lançado uma operação baseada em informações específicas para “prender o secretário do Exército Revolucionário Kuki (KRA) juntamente com três a quatro quadros no distrito de Kangpokpi, Manipur”. Os Fuzileiros de Assam afirmam que Mangboilal era um quadro do KRA e que foi morto durante um confronto.<sup>76</sup> Mas o KRA,<sup>77</sup> as organizações da sociedade civil e a família de Mangboilal negam fortemente tais afirmações.

No primeiro relatório informativo (FIR) do pai de Mangboilal contra o major Alok e outros três sob os artigos 302 (assassinato) e 34 (intenção comum) do Código Penal da Índia e sob a Lei de Armas, o pai apontava que os homens pertencentes aos Fuzileiros de Assam estavam todos armados, mas vestidos com roupas civis. Também mencionava que Mangboilal tinha sido forçado a beber álcool antes de ser levado para a beira da estrada e ser baleado.<sup>78</sup> Seu FIR foi registrado na delegacia de polícia de Kangpokpi, em Manipur.

Em 5 de junho, a escalada do conflito começou a ser controlada com a assinatura de um acordo entre o Exército indiano, a Polícia de Manipur, o governo estadual e as organizações locais da sociedade civil. O acordo estabelecia que a polícia iniciaria imediatamente uma investigação sobre o incidente e que o posto avançado dos Fuzileiros de Assam 44 existente em Banglabung seria removido e substituído por uma delegacia de polícia armada totalmente funcional o mais rápido possível. Também foi assegurado que Fuzileiros de Assam pagariam uma compensação de 10 lakhs de rupias (cerca de 13.000 dólares estadunidenses) à família Mangboilal.

Apesar da delegacia de polícia de Kangpokpi registrar um caso de assassinato contra os supostos perpetradores e das garantias do ministro-chefe de Manipur de que ele daria punição adequada aos homens envolvidos, a Lei das Forças Armadas (Poderes Especiais) de 1958 garante-lhes impunidade absoluta.

De acordo com Thangminlen Kipgen, secretário geral do Kuki Inpi, Kangpokpi, o órgão supremo do povo Kuki, em 20 de janeiro de 2022 o acordo ainda não tinha sido cumprido.<sup>79</sup> A família de Mangboilal recebeu apenas 2 lakhs de rupias (cerca de 2600 dólares estadunidenses) como compensação. Os Fuzileiros de Assam supostamente se recusaram a pagar o valor restante por causa da denúncia do pai contra o major Alok. Acredita-se que o comandante dos Fuzileiros de Assam 44 queria a denúncia retirada em troca do resto do dinheiro.<sup>80</sup>

## Abuso da legislação antiterrorista: criminalização da ativista tribal Gond Hidme Markam

Em 9 de março de 2021, Hidme Markam, 28, uma destacada ativista de direitos humanos da tribo Gond, foi presa sem um mandado.<sup>81</sup> Foi detida em um evento de celebração do Dia Internacional da Mulher organizado pelo Comitê Jail Bandi Rihai (Comitê para a Libertação de Presos e Presas) e pelo Chhattisgarh Mahila Adhikar Manch na aldeia de Sameli sob a delegacia de polícia de Aranpur, no distrito de Dantewada (Chhattisgarh).<sup>82</sup> O evento estava ocorrendo perto do local onde havia sido erguido recentemente um memorial em memória de duas jovens Adivasis mortas após terem sido supostamente submetidas à violência sexual enquanto estavam sob custódia policial.

Hidme foi acusada em seis primeiros relatórios informativos (FIRs)<sup>i</sup> registrados na delegacia de polícia de Aranpur sob vários artigos do Código Penal indiano, que incluem assassinato, Lei de Armas, Lei de Substâncias Explosivas e Lei de Atividades Ilegais (Prevenção) (UAPA).<sup>ii</sup> Quatro de seus FIRs estão ligados a outra pessoa com um nome semelhante: Kawasi Hidme, 26 anos, registrada como criminosa naxalita e com vários FIRs, incluindo uma recompensa de 100.000 rupias (cerca de 1300 dólares estadunidenses) e acusações sob a UAPA.<sup>83</sup>

Embora Hidme não tenha nenhuma ligação com Kawasi, a polícia de Dantewada emitiu um comunicado de imprensa com a foto de Hidme, declarando que ela era a presidenta encarregada da gama Janatana Sarkar,<sup>iii</sup> que era procurada em cinco casos registrados entre 2016 e 2020 com uma recompensa de 1,10 lakhs de rupias (cerca de 1400 dólares estadunidenses).

A polícia também afirmou que Hidme tem estado evitando a prisão desde a primeira acusação em 2016, apesar de que o advogado e apoiadores de Hidme tiveram estabelecido que estes casos não têm nada a ver com ela. Além disso, Hidme sempre foi publicamente aberta e ativa com seu trabalho em defesa dos direitos humanos e a polícia até conhece o seu endereço.<sup>84</sup> As pessoas que apoiam Hidme estão convencidas de que a polícia está fabricando narrativas para incriminá-la com acusações falsas.

<sup>i</sup> O Primeiro Relatório Informativo (FIR) é um documento escrito preparado pela polícia quando eles recebem informações sobre o cometimento de um delito cognoscível. Trata-se de um documento informativo que chega primeiro à polícia, daí seu nome. Para saber mais sobre o FIR, ver: <https://www.humanrightsinitiative.org/publications/police/fir.pdf>.

<sup>ii</sup> Os detalhes dos seis FIRs são os seguintes: (1) o FIR nº 07/2016 foi registrado sob os artigos 147, 148, 149 e 307 do Código Penal indiano; os artigos 25 e 27 da Lei de Armas; os artigos 4 e 5 da Lei de Substâncias Explosivas "por estar envolvido em disparos contra o grupo de policiais e na explosão de bombas com a intenção de matá-los"; (2) o FIR nº 09/2016 foi registrado sob os artigos 147, 148, 149, 149, 307 e 120B do Código Penal indiano; artigos 25 e 27 da Lei de Armas; artigo 3 da Lei de Substâncias Explosivas "por estar envolvido em disparos contra a polícia e na explosão de bombas com a intenção de matá-los"; (3) o FIR nº 07/2017 foi registrado sob os artigos 363, 364, 366, 366, 302 e 342 do Código Penal indiano "por estar envolvido no assassinato de Harish Podiyami, filho de Joga Podiyami, 25 anos, residente de Potali Durwapara, na delegacia de polícia de Aranapur"; (4) o FIR nº 17/2019 foi registrado sob os artigos 147, 148, 149, 149, 307 e 120B do Código Penal indiano; os artigos 25 e 27 da Lei de Armas; e os artigos 4 e 5 da Lei de Substâncias Explosivas, "por estar envolvido em disparos contra o grupo de policiais com a intenção de matá-los"; (5) o FIR nº 03/2020 foi registrado sob os artigos 302, 364, 147, 149, 294, 323 e 506 do Código Penal indiano; o artigo 25 da Lei de Armas "por estar envolvido no assassinato de Madhvi Bhima e Vetti Bajarang, residentes de Dhurwapara Potali, delegacia de polícia de Aranapur"; e (6) o FIR nº 04/2020 foi registrado sob os artigos 147, 148, 149 e 307 do Código Penal indiano; os artigos 25 e 27 da Lei de Armas; e os artigos 3 e 5 da Lei de Substâncias Explosivas.

<sup>iii</sup> *Janatana Sarkar* significa literalmente "governo do povo", uma referência a um estado paralelo dos maoístas.

A ativista dos direitos tribais Rinchin, que também estava presente no momento da prisão de Hidme, declarou que, como convocadora do Comitê Jail Bandi Riha, a principal preocupação de Hidme era lutar pela libertação de tribais presos e detidos ilegalmente nas prisões. Isso fez dela um alvo das autoridades do Estado.<sup>85</sup>

Hidme é membro da Chhattisgarh Mahila Adhikar Manch e é conhecida por suas campanhas contra projetos de mineração em grande escala nas terras dos Adivasis. Rinchin disse que, em muitos casos, Hidme é o principal elo entre as vítimas e o movimento de direitos humanos em geral. “Prendê-la foi uma forma de cortar esse elo”, argumentou Rinchin.<sup>86</sup> A União Popular pelas Liberdades Cívicas de Chhattisgarh (PUCL Chhattisgarh), em sua denúncia apresentada à Comissão Nacional de Direitos Humanos (NHRC), também alegou que “sua detenção tem a intenção de enviar uma mensagem àqueles que ousam falar corajosamente contra a repressão estatal”.<sup>87</sup>

Em 8 de abril de 2021, o governo da Índia recebeu um comunicado conjunto dos Relatores Especiais da ONU sobre a prisão e detenção de Hidme.<sup>88</sup> Em uma resposta de 7 de junho, o governo declarou que Hidme Markam era “a presidenta de um grupo chamado Krantikari Adivasi Mahila Sangathan (KAMS)” e que ela foi presa por “envolvimento em sequestros, assassinatos, filiação a uma organização proibida, etc.”.<sup>89</sup> A resposta omitiu dois FIRs cruciais relacionados com o Código Penal indiano, a Lei de Armas e a Lei de Substâncias Explosivas.

Antes da comunicação entre os Relatores Especiais da ONU e o governo da Índia, a NHRC endereçou uma petição apresentada pela PUCL Chhattisgarh solicitando “libertação imediata [de Hidme] e anulação de todas as acusações falsas contra ela, bem como uma investigação sobre sua detenção ilegal e uma ação rigorosa contra a polícia por sua detenção ilegal”.<sup>90</sup> Em resposta à NHRC, em 12 de agosto de 2020, o inspetor geral adjunto da Polícia de Chhattisgarh declarou que, durante sua investigação, quatro testemunhas independentes que são membros auto-rendidos da organização naxalita, identificaram Hidme “como uma pessoa envolvida na organização naxalita para difundir a ideologia naxalita e arranjar comida para os naxalitas que chegam à aldeia”.

Em 21 de outubro de 2021, a PUCL Chhattisgarh apresentou sua resposta rejeitando os argumentos no relatório policial e reiterou as alegações de prisão ilegal de Hidme. Em 18 de novembro de 2021, a NHRC também instruiu o diretor geral da Polícia de Chhattisgarh a apresentar um relatório sobre o estado atual/resultado final da investigação de uma das denúncias de Hidme no prazo de quatro semanas.<sup>91</sup> Mas nenhum relatório foi apresentado.

De acordo com o advogado Kshitij Dubey, um dos advogados de Hidme, não há presídio para mulheres e Hidme está detida em um pavilhão feminino.<sup>92</sup> O advogado de Hidme no Supremo Tribunal, Kishore Narayan, alegou que as acusações contra ela não são sólidas, mas admitiu que a comunicação é um desafio porque a prisão está longe.<sup>93</sup> Hidme está encarcerada no presídio da

cidade de Jagdalpur, a cerca de 90 km do distrito de Dantewada, onde foi detida ilegalmente. Em 3 de dezembro de 2021, seu advogado confirmou que ela tinha solicitado a fiança, mas o tribunal tinha rejeitado.<sup>94</sup>

Três dos casos de Hidme, após a conclusão da investigação, foram arquivados no Tribunal do Magistrado Judicial de Primeira Classe, distrito de Dantewada, e a folha de acusação de um dos casos ainda está pendente perante o Honorável Tribunal.<sup>95</sup>

## Um legado colonial britânico: a morte de Bhim Kale, membro de uma “tribo criminosa”

Em 3 de outubro de 2021, Bhim Kale, um trabalhador agrícola de 35 anos, morreu sob custódia policial. A família alega que foi torturado pela polícia em Vijapur Naka, no distrito de Solapur, no estado de Maharashtra, no oeste da Índia. Ele foi preso em 18 de setembro em um caso de arrombamento de casa depois da sua motocicleta ter sido avistada perto do local do crime.<sup>96</sup> Bhim pertencia à comunidade tribal Phase Pardhi, que há muito carregava a marca de ser uma “tribo criminosa”. Isto fez dele um alvo fácil para a polícia.

A Lei das Tribos Criminosas (colonial) de 1871 declarou mais de 150 comunidades Adivasis como criminosas e perigosas.<sup>97</sup> Desde 1871 até hoje, a percepção dos Adivasis não mudou muito. Eles eram considerados perigosos para o regime colonial na época e continuam a sê-lo agora para a Índia pós-independência.

Como aconteceu com Bhim, é comum que os membros das “tribos criminosas” sejam presos pela polícia, muitas vezes sob acusações falsas.<sup>98</sup> Também são frequentemente julgados em tribunal como culpados, apesar da ausência ou fraqueza de provas. Matin Bhosale, um ativista comunitário, se lamentava de que os tribais Pardhi frequentemente enfrentam a brutalidade policial e a discriminação social devido à rotulagem discriminatória institucionalizada pela colônia britânica há mais de um século.<sup>99</sup>

Ao contrário das disposições do Código de Processo Penal de 1973, que exige que a polícia apresente as pessoas acusadas diante de um magistrado dentro de 24 horas após a prisão, Bhim não compareceu perante o tribunal até 23 de setembro. Ele foi detido ilegalmente por quase uma semana na delegacia de polícia de Vijapur Naka. Morreu com ambas as pernas quebradas e com vários sinais de tortura. A esposa, Swati, lembra que as pernas de seu marido estavam sangrando e ele estava se contorcendo de dor na delegacia de polícia de Vijapur Naka. Foi a última vez que ela o viu vivo. Swati fica sozinha com sete crianças.<sup>100</sup>

A família de Bhim acredita que a polícia o espancou para obrigá-lo a confessar. Em 23 de setembro, o tribunal mandou-o passar dois dias em prisão preventiva. No dia seguinte, a esposa se aproximou do tribunal alegando que seu marido estava sendo torturado sob custódia policial. Com a intervenção do tribunal, Bhim devia comparecer novamente perante o tribunal em 25 de setembro. Entretanto, a polícia recusou e, em vez disso, internou Bhim em um hospital do governo. Um policial foi enviado para comparecer à audiência do tribunal em vez de oficiais superiores da polícia.<sup>101</sup>

Segundo a polícia, Bhim adoeceu pouco depois de sua prisão e foi internado no hospital, onde acabou morrendo. Mas a sua família refutou essa versão, pois ele estava em perfeita saúde no momento de sua prisão.

O caso de Bhim foi encaminhado à Comissão Nacional de Direitos Humanos (NHRC) em 11 de outubro de 2021.<sup>102</sup> Em 11 de novembro de 2021, a NHRC ordenou ao Magistrado do Distrito de Sholapur e ao Comissariado de Polícia de Sholapur, Maharashtra, apresentar um relatório detalhado cobrindo todos os aspectos que levaram à morte de Bhim, incluindo a hora, o local e o motivo da prisão/detenção.<sup>103</sup> Mas, à data deste escrito, as autoridades continuam sem responder.

## Viver em território incerto: famílias tribais Kadar expulsas da reserva de tigres Anamalai, em Tamil Nadu

Em 3 de dezembro de 2021, apesar de dispor de um *patta*, ou documento legal, que reconhecia a propriedade da terra, o Departamento Florestal desmontou as cabanas de 21 famílias tribais Kadar sem aviso prévio. As famílias tinham recebido o *patta* do ministro da Eletricidade, Proibição e Impostos Especiais em 7 de novembro. Cada família recebeu 1,5 cents (cerca de 650 pés<sup>2</sup>) sobre os 1,5 acres (cerca de 65.000 pés<sup>2</sup>) da área total de terra da reserva de tigres de Anamalai, em Theppakulamedu, no distrito de Coimbatore, no estado de Tamil Nadu, no sul da Índia.<sup>104</sup> Embora o *patta* fosse limitado em relação a seus direitos institucionalizados sobre suas terras ancestrais, as famílias Kadar consideravam-no uma vitória.

Acredita-se que os Kadar são os habitantes originários da cordilheira conhecida como as colinas Anamalai, no sul dos Ghats ocidentais, que se estende pela fronteira do oeste de Tâmil Nadu e do centro de Kerala, no sul da Índia. Kadar significa “habitantes da floresta”. Eles são considerados o grupo étnico tribal mais antigo do sul da Índia.<sup>105</sup> Os Kadar vivem dos produtos florestais não-madeireiros que coletam de sua floresta. Há muito tempo lhes têm sido negados seus direitos individuais e comunitários nos termos da Lei de Direitos Florestais de 2006 (FRA). Além disso, embora os Kadar estejam incluídos na lista de grupos tribais especialmente vulneráveis em Kerala, o que lhes garante medidas especiais de proteção e bem-estar, eles não receberam o mesmo status no estado de Tâmil Nadu.<sup>106</sup>

O incidente de dezembro de 2021 não foi o primeiro em que o Departamento Florestal despejou os Kadar de suas terras ancestrais. Em agosto de 2019, as 23 famílias Kadar, constituídas por cerca de 90 pessoas, se refugiaram no assentamento de Kallarkudi dentro da reserva de tigres de Anamalai. Eles construíram cabanas improvisadas em Kallarkudi depois que suas casas foram danificadas por deslizamentos de terra causados pelas fortes chuvas das monções. Em 20 de agosto, o Departamento Florestal retirou as cabanas improvisadas e as mudou para uma área inutilizada das plantações de chá de Thaimudi, perto de Valparai, no distrito de Coimbatore.<sup>107</sup> Mas essa área não tem os produtos florestais de que as famílias Kadar precisam, nem lhes fornecem nenhuma de suas necessidades básicas. Afastados de sua terra e ambiente tradicionais, os Kadar enfrentaram problemas nas plantações de chá e exigiram ser reassentados em suas florestas.<sup>108</sup>

As famílias Kadar deslocadas vêm exigindo há muito tempo seu direito a terras alternativas dentro das florestas de Anamalai, conforme reconhecido pela FRA, mas têm sido recusado. Em vez disso, as autoridades florestais lhes ofereceram reassentamento fora das florestas com um incentivo monetário de 15 lakhs de rupias (cerca de 19.000 dólares estadunidenses), juntamente com habitação de

qualidade, eletricidade e água potável, na condição de eles não voltarem a entrar na floresta. Mas os Kadars rejeitaram a oferta e insistiram em ser reassentados nas florestas de Anamalai, em Teppakulamedu, uma antiga aldeia onde seus ancestrais viviam. Eles também aprovaram uma resolução em uma Gram Sabha (Assembléia da Aldeia) ocorrida em 6 de março de 2020 para conceder-lhes um *patta* para o reassentamento ao abrigo da FRA. Mas as autoridades da reserva de tigres de Anamalai disseram que seu pedido de *patta* em Teppakulamedu não poderia ser processado porque sua antiga aldeia faz agora parte do “habitat essencial do tigre”.<sup>109</sup>

Em 10 de fevereiro de 2020, cerca de 300 Adivasis que vivem na cordilheira de Anamalai iniciaram uma marcha pacífica de Valparai a Coimbatore para exigir um *patta* para os Kadars em Teppakulamedu. Meses antes de seu recente despejo, em dezembro de 2021, uma centena de tribais organizou outra marcha pacífica em Thaimudi, perto de Valparai, para coincidir com o aniversário de Mahatma Gandhi, em 2 de outubro de 2021.<sup>110</sup>

Após o despejo forçado em dezembro de 2021, as famílias Kadar apresentaram uma denúncia na delegacia de polícia de Valparai para acusar os 40 oficiais florestais envolvidos sob a Lei de Castas e Tribos Programadas (Prevenção de Atrocidades) de 1989. Em 4 de dezembro, o coletor do distrito de Coimbatore ordenou uma reinspeção da área onde o *patta* tinha sido emitido. Além disso, em 6 de dezembro, na presença das autoridades florestais e fiscais envolvidas e da polícia, o coletor do distrito garantiu aos Kadars os 12 acres de terra residencial em Kallarkudi-Teppakulamedu e suas terras agrícolas no antigo assentamento de Kallarkudi.<sup>111</sup>

Além disso, em 28 de dezembro, a Comissão Nacional de Direitos Humanos expressou sua profunda preocupação com o recente despejo forçado.<sup>112</sup> Em seus procedimentos, a comissão registrou que “as alegações feitas na denúncia são de natureza grave, pois envolvem um despejo forçado em violação da lei por funcionários públicos”. A comissão emitiu avisos ao secretário chefe do governo de Tamil Nadu e ao diretor geral da Polícia de Tamil Nadu solicitando um relatório no prazo de quatro semanas.<sup>113</sup>

## Funcionários florestais apoiam a agressão de não-tribais contra povos indígenas e dálites: um caso de despejo na reserva florestal de Sahajkhol, no estado de Odisha

Em 30 de junho de 2021, 35 famílias compostas por cerca de 200 pessoas, a maioria das quais pertenciam a comunidades tribais e alguns dálites, foram expulsas à força das aldeias de Bhatapani e Dumerpani, na reserva florestal de Sahajkhol, no distrito de Kalahandi, no estado de Odisha. Em sua apresentação perante o Comitê Nacional de Direitos Humanos (NHRC), um ativista local de direitos humanos, Dilip Kumar Das, alegou que “tais canalhas são membros de Van Samrakhyan Samiti (VSS) promovidos pelos funcionários do Departamento Florestal de Kalahandi, que têm ameaçado as famílias tribais e dálites das aldeias de Dumerpani e Bhatapani nos últimos anos”.<sup>114</sup> Ao abrigo do Sistema de Manejo Florestal Conjunto,<sup>115</sup> os VSS são constituídos em aldeias pelo governo de Odisha para a proteção das terras florestais, incluindo aquelas consideradas reservadas, protegidas, tributárias e outras terras que não estão incluídas nas Áreas Protegidas.

Em uma entrevista à mídia, um oficial florestal do distrito negou o envolvimento do departamento florestal no despejo.<sup>116</sup> Dilip desmente e cita um caso anterior de despejo de tribais na aldeia de Birimuhan, no mesmo distrito de Kalahandi, entre 2015 e 2016, em que participaram funcionários florestais. Nessa ocasião, os tribais foram agredidos, suas casas foram queimadas e seus pertences foram danificados. Posteriormente, sob instruções da NHRC, a aldeia de Birimuhan foi “declarada *revenue village* e nenhum despejo deveria ser realizado sem reabilitação”. Dilip disse: “[a]pós o caso Birimuhan, o pessoal do departamento florestal não está intervindo, mas está instigando as pessoas locais (não tribais) a procederem com o despejo (dos tribais)”.<sup>117</sup>

Dilip explicou que um dos métodos adotados para assediar os tribais era a coleta forçada de doações por parte de não-tribais das aldeias vizinhas. Afirmou que “os não-tribais têm coletado ‘doações’ de 15.000 a 20.000 rupias (cerca de 300 dólares estadunidenses) em nome dos *pujas* (festivais), mas este ano os tribais não puderam contribuir devido a dificuldades financeiras decorrentes do confinamento pela Covid-19”. Também disse que “[e]ssa foi a causa imediata do conflito e do despejo”.<sup>118</sup>

Após o ataque de 30 de junho, as vítimas apresentaram um caso na delegacia de polícia de Ampani, no distrito de Kalahandi, a respeito do despejo. Entretanto, alega-se que as autoridades florestais e os atacantes (não-tribais) têm usado o “encontro pela paz” para pressionar as vítimas a retirar o caso.<sup>119</sup>

As 35 famílias vivem há 25 anos nas aldeias de Dumerpani e Bhatapani, no distrito de Kalahandi. Originalmente tinham migrado do vizinho distrito de

Nabarangpur, em Odisha. Ganhavam seu sustento cultivando milho em terras florestais e como diaristas. Já se inscreveram como eleitores do distrito de Kalahandi e têm as carteiras Aadhaar<sup>i</sup> emitidas pelo governo que os reconhecem como residentes do distrito de Kalahandi. Também têm recebido benefícios sociais no âmbito do esquema governamental.<sup>120</sup> Entretanto, o governo estadual ainda não reconhece seus direitos sobre as terras florestais nos termos da Lei de Direitos Florestais de 2006.

Quinze das 35 famílias foram temporariamente abrigadas no prédio de uma escola primária em Kuhudi, no bloco de Chandahandi, enquanto as restantes estão em um abrigo temporário em uma floresta próxima à aldeia de Dahimal, no bloco de Jharigam. Segundo o ativista social Humeswar Hanse, que tem visitado as famílias de refugiados no bloco de Chandahandi, havia 11 crianças menores de cinco anos, 17 crianças entre cinco e 10 anos e sete mulheres que precisavam de atenção médica imediata devido à deterioração do estado de saúde.<sup>121</sup> Em seu relatório de 9 de agosto, o magistrado do distrito de Kalahandi informou à NHRC que todas as famílias despejadas receberam cartões de racionamento e que 22 famílias já receberam habitação sob os esquemas de habitação de Pradhan Mantri Awas Yojana (PMAY) / Biju Pucca Ghar Yojana (BPGY); e que as famílias restantes também ficarão sob os esquemas de habitação.<sup>122</sup>

Através da denúncia apresentada por Dilip em 12 de julho de 2021, a NHRC enviou avisos ao secretário chefe adicional/secretário do Departamento Florestal do governo de Odisha, ao magistrado do distrito de Kalahandi e ao superintendente da polícia de Kalahandi para “tomar as medidas necessárias no assunto e apresentar um relatório das medidas tomadas à comissão no prazo de seis semanas”.<sup>123</sup>

Em resposta, o magistrado do distrito de Kalahandi consultou o magistrado do distrito de Nabarangpur, o magistrado da sub-divisão (SDM) de Dharamgarh e o funcionário florestal da divisão (sul). O relatório do SDM de Dharamgarh indicava que “durante a investigação foi descoberto que 15 famílias da aldeia de Dumerpani e 20 famílias da aldeia de Bhatapani tinham invadido cerca de 80 hectares de terra dentro da reserva florestal de Sahajkhol e foram registrados casos contra os invasores entre 2013 e 2014”. Ao mesmo tempo, as 35 famílias deslocadas das aldeias de Bhatapani e Dumerpani informaram à equipe de investigação que “foram expulsas à força de suas casas por habitantes do *revenue village* de Gotamunda, que vandalizaram suas casas, danificaram os grãos armazenados e massacraram os animais domésticos”. Posteriormente, um primeiro relatório informativo (FIR) foi registrado na delegacia de polícia de Ampani em 7 de julho de 2021 contra os habitantes de Gotamunda”. O SDM declarou que “as famílias deslocadas não poderiam ser assentadas nas terras objeto do processo, pois as terras em disputa estão dentro da floresta de reserva

---

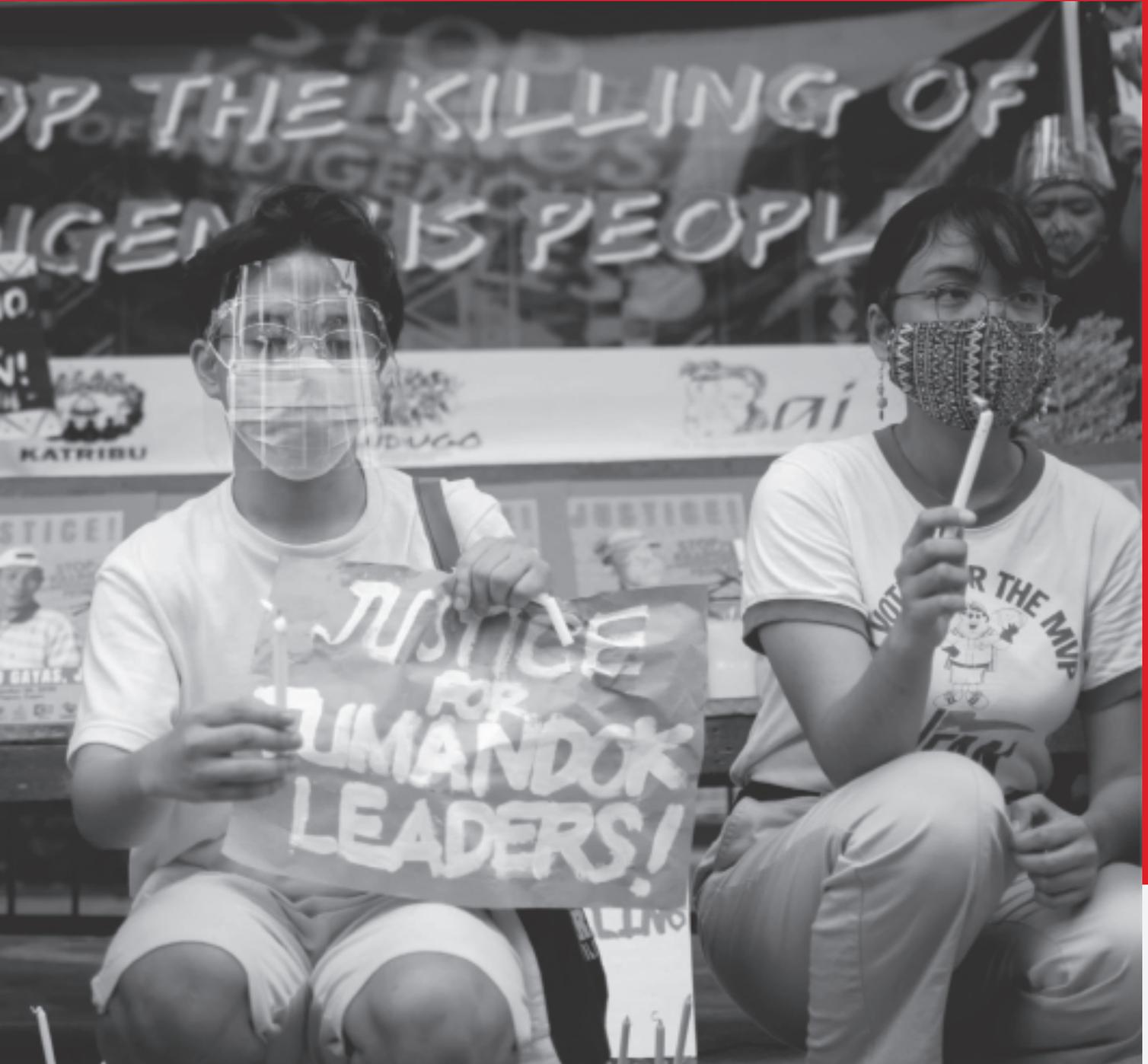
<sup>i</sup> O número Aadhaar é um número aleatório de 12 dígitos emitido pela Autoridade de Identificação Única da Índia para pessoas residentes no país, após passar pelo processo de verificação estabelecido pelas Autoridades. É usado para acessar esquemas e programas de bem-estar social do governo (mais informações em: <https://bit.ly/3CEZXBG>).

e o assentamento através da FRA não é possível, pois as terras foram ocupadas após 2006”. Entretanto, o relatório observou que todas as famílias deslocadas receberam cartões de racionamento e que aquelas que não possuíam terras para habitação estariam cobertas pelo esquema de Basundhara para o fornecimento de terras para habitação.

Em 24 de setembro de 2021, a NHRC, após examinar o relatório oficial, declarou que foi admitido que as famílias tribais tinham sido despejadas pelos habitantes do *revenue village* de Gotamunda, e que também tinham vandalizado as casas das vítimas. Um FIR foi registrado, mas os detalhes do FIR não são mencionados no relatório oficial. Também não está claro se a Lei de Castas e Tribos Registradas (Prevenção de Atrocidades) de 1989 foi invocada ou não, pois as famílias vítimas pertencem à comunidade de castas e tribos registradas. A comissão, portanto, emitiu um novo aviso ao magistrado do distrito de Kalahandi e ao superintendente de polícia de Kalahandi, Odisha, para apresentar os detalhes da denúncia registrada neste assunto, incluindo a indenização paga às vítimas sob a Lei de Castas Registradas e Tribos Registradas (Prevenção de Atrocidades). A comissão também determinou que uma cópia do relatório datado de 9 de agosto de 2021 fosse enviada ao reclamante para apresentar seus comentários, se houver, em até quatro semanas.<sup>124</sup>

# Filipinas

Foto: Carlos Manalansan



**Indigenous Peoples  
Rights International**

Championing Indigenous Peoples Rights

# Filipinas

## Contexto do país

A repressão contra ativistas e pessoas defensoras dos direitos humanos através da violência e do *red-tagging* (marcação vermelha)<sup>i</sup> continuou a piorar à medida que o presidente Rodrigo Duterte se aproximava do final de seu mandato em 2022.<sup>ii</sup> Em 2021, Panaghiusa<sup>iii</sup> registrou 21 casos de assassinatos de indígenas, incluindo os casos conhecidos localmente como o “Massacre do Domingo Sangrento”, em 7 de março, e o “2º Massacre de Lianga”, em 15 de junho.<sup>iv</sup>

O caso do dia 7 de março ocorreu dois dias depois de o presidente Duterte ter dito à Polícia Nacional Filipina (PNP) e às Forças Armadas das Filipinas (AFP), para “matar’ e ‘acabar’ com os rebeldes comunistas durante os confrontos”.<sup>125</sup> Neste caso, houve seis prisões e nove mortes, duas delas de indígenas Dumagat e duas de indígenas Ati.

O caso do dia 15 de junho foi outro incidente em que participaram as AFPs. Soldados abriram fogo sobre seis civis enquanto colhiam abacá e mataram três indígenas Lumad. Um deles era Angel Rivas, de 12 anos. As outras duas vítimas, Willy Rodriguez e Lenie Rivas, eram membros conhecidos da Malahutayong Pakigbisog along sa Sumusunod (MAPASU), uma organização que se opõe abertamente às atividades de mineração no vale de Andap.<sup>126</sup>

Além disso, as violações dos direitos humanos não diminuíram na ilha de Mindanao, pois o conflito na recém-criada Região Autônoma de Bangsamoro no Mindanao muçulmano (BARMM)<sup>v</sup> ameaça os povos indígenas não-moros (NMIP). Entre fevereiro e março de 2021, 11 indígenas Teduray foram assassinados, incluindo jovens rapazes de sete e 17 anos.<sup>127</sup> Os Teduray e vários grupos de direitos humanos estão exigindo justiça, já que o governo continua a permanecer em silêncio sobre esses casos. O contínuo lançamento de bombas sobre os domínios ancestrais dos povos Teduray e Lambangian para manter

<sup>i</sup> O *red-tagging* (marcação vermelha) refere-se à acusação contra civis, principalmente pessoas defensoras dos direitos humanos e ativistas, de serem membros e/ou apoiadores do Novo Exército Popular do Partido Comunista das Filipinas.

<sup>ii</sup> A Lei Antiterrorista 2020 e o programa geral de contrainsurgência do governo revelaram-se particularmente perigosos para os povos indígenas, pois qualquer forma de defesa de terras e recursos ancestrais pode levar a um assédio generalizado, difamação, *red-tagging*, identificação como terrorista, falsas acusações e detenção sem fiança, ordens de atirar a matar, falsas rendições, militarização, bombardeios, evacuação forçada e execuções extrajudiciais.

<sup>iii</sup> Panaghiusa é o parceiro nacional do IPRI nas Filipinas. É uma rede de organizações e movimentos de povos indígenas e organizações nacionais de direitos humanos sediadas nas Filipinas. Trabalham conjuntamente para apoiar e defender os direitos dos povos indígenas, para fortalecer a campanha pelo acesso à justiça das vítimas da criminalização e das violações dos direitos humanos, e para pedir coletivamente o fim da impunidade que persiste no país. (Ver: <https://www.facebook.com/PanaghiusaPH>).

<sup>iv</sup> O “1º Massacre de Lianga” ocorreu em setembro de 2015 e afetou três indígenas Lumad. Ver: “2 Lumad farmers, 1 student killed in another Lianga massacre” (17 de junho de 2021), *Bulatlat Journalism for the People*. Disponível em: <https://bit.ly/3LvVIMb>.

<sup>v</sup> O BARMM foi criado com a ratificação da Lei Orgânica Bangsamoro em 2019. Foi o resultado de décadas de negociações de paz entre o governo filipino e grupos que há muito buscavam autonomia para a região, desencadeadas por um incidente conhecido como o Massacre de Jabidah de 1968 (veja mais sobre o BARMM aqui: <https://bangsamoro.gov.ph/>), (veja mais sobre o Massacre de Jabidah e o MNLF/MILF aqui: <https://www.officialgazette.gov.ph/2013/03/18/timelines-the-jabidah-massacre-and-the-milf-milf-peace-process/>).

os rebeldes afastados leva a ainda mais mortes, destruição de suas casas e deslocamento. Em 2021, cerca de 900 famílias foram forçadas a fugir de suas casas por causa do conflito.<sup>128</sup>

A situação é exacerbada pelas agressões desenvolvimentistas<sup>i</sup> ligadas ao desenvolvimento econômico baseado nas infraestruturas em na abordagem “toda a nação”(Whole of Nation Approach) em relação à segurança.<sup>129</sup>

Muitos desses projetos de desenvolvimento agressivos, por exemplo, a represa Kaliwa,<sup>130</sup> a represa Jalaur<sup>131</sup> e New Clark City,<sup>132</sup> têm sido energicamente rejeitados pelos povos indígenas e suas comunidades e residentes, políticos e organizações da sociedade civil, e até mesmo instituições internacionais, devido a seus impactos ecológicos negativos e efeitos sobre os povos indígenas e suas comunidades. A maioria desses projetos passou por processos de consentimento livre, prévio e informado (CLPI) anômalos ou com falhas, e até mesmo carentes dos documentos e autorizações essenciais para avançar.<sup>133</sup>

Existem 221 Certificados de Título de Domínio Ancestral (CADTs) aprovados, cobrindo 5.413.772,71 hectares. Um relatório de 2011 sobre o mapeamento de conflitos relativos ao uso da terra elaborado pela Association for Intercultural Development, Inc. (Associação Filipina para o Desenvolvimento Intercultural, Inc.), uma ONG local, veio reconfirmar sua conclusão de 2007 de que dois terços dos domínios ancestrais são diretamente afetados pelos pedidos de exploração de minérios em todo o país.<sup>134</sup> Da mesma forma, de acordo com outro estudo realizado em 2008 por uma ONG local, a Philippine Partnership for the Development of Human Resources in Rural Areas (Associação Filipina para o Desenvolvimento de Recursos Humanos em Áreas Rurais), 78% dos titulares de CADC/CADT têm operações de mineração ou extração de madeira e dois terços dessas operações carecem de CLPI genuíno.<sup>135</sup>

---

<sup>i</sup> A “agressão desenvolvimentista” refere-se a programas de desenvolvimento que infringem os direitos humanos. Refere-se a iniciativas concebidas ou realizadas sem o consentimento livre, prévio e informado (CLPI) de uma comunidade local prejudicada, conforme exigido pela legislação internacional e, nas Filipinas, pela legislação nacional.

## Luta incansável pela justiça e pelos direitos da terra: o massacre dos Tumandok e as detenções em massa

Em 28 de fevereiro de 2021, a capitã do barangay Julie Catamin, que questionou o infundado *red-tagging* da Polícia Nacional Filipina (PNP) e do Exército, foi morta a tiros. Catamin era membro da comunidade indígena Tumandok. Foi uma das primeiras a expor que as quatro pessoas presas em sua aldeia em 30 de dezembro eram inocentes e que o Grupo de Investigação e Detecção Criminal (CIDG) tinha de fato plantado as armas e munições descobertas nas casas das vítimas. Antes de sua morte, em 25 de fevereiro, Catamin foi convocada pelos militares, que lhe disseram que estavam cientes de que membros de sua comunidade estavam procurando ajuda de organizações de base, incluindo os advogados de Bayan Muna.<sup>136</sup> Ela disse que os militares ameaçaram que eles teriam o mesmo destino que as vítimas do dia 30 de dezembro.

Em 30 de dezembro de 2020, nas primeiras horas da manhã, o Exército Filipino, a PNP e o CIDG conduziram uma operação conjunta em nove aldeias Tumandok na ilha de Panay, nas Vissaias Ocidentais, no sul das Filipinas. A operação resultou na morte de nove membros dos Tumandok e na prisão de 16 pessoas.

A polícia alegou que os mortos eram membros do Novo Exército Popular (NPA) e que tinham reagido contra os oficiais, que cumpriam mandados de busca por posse ilegal de armas de fogo e explosivos. O NPA é a ala armada do Partido Comunista das Filipinas (CPP). O CPP-NPA foi designado como “organização terrorista estrangeira” pelo governo dos EUA e pela UE.

Entretanto, parentes das vítimas alegaram que os mortos não resistiram à prisão e que as armas de fogo e explosivos encontrados nos seus domicílios foram plantados,<sup>137</sup> o que é comum em muitas operações policiais e militares anti-insurgência similares. É conhecida localmente como *tanim bala*, que se traduz como “plantar balas”.

Uma das vítimas, Eliseo Gayas Jr., foi amordaçado com fita adesiva e baleado quatro vezes dentro da sua casa depois de pedir a seus parentes que saíssem de casa. Dois outros, Mario Aguirre e Roy Giganto, foram mortos a tiros enquanto dormiam.

As nove pessoas assassinadas eram lideranças reconhecidas em seus respectivos barangays (aldeias/distritos). Eram civis e não combatentes armados.

Alguns dos 16 detentos foram acusados de violação da Lei da República 10591, conhecida como “Lei sobre a Regulamentação Integral de Armas de Fogo e Munições”, ou Lei da República 9516, uma lei que altera as disposições do Decreto Presidencial 1866,<sup>138</sup> conhecida como “Codificação das Leis sobre a posse, fabricação, comércio, aquisição ou disposição ilegal de armas de fogo, munições ou explosivos ou instrumentos utilizados na fabricação de armas de fogo, munições ou explosivos, e imposição de penas mais severas para

determinadas violações das mesmas e para os fins úteis”.<sup>139</sup> Outros foram acusados de violar ambas as leis.

Até 25 de novembro de 2021, apenas uma pessoa permanecia encarcerada, Rodolfo Diaz de Calinog, Iloilo. Seis dos 16 presos foram absolvidos enquanto os nove foram libertados após se declararem culpados e obterem a liberdade condicional.

Os Tumandok, cuja população é estimada em 17.000 habitantes, têm se oposto consistentemente à militarização da sua área. Há muito tempo eles vêm defendendo a proteção de seus direitos fundamentais e de suas terras. Opuseram-se abertamente à construção do projeto multiuso do rio Jalaur, um projeto de 200 milhões de dólares financiado pelo Banco de Exportação-Importação da República da Coreia (EximBank). Parceiros internacionais e outros grupos de apoio apelaram para retirar os fundos destinados à segunda fase do projeto multiuso do rio Jalaur (JRMP II).<sup>140</sup>

A megabarragem de Jalaur ameaça submergir a terra ancestral dos Tumandok, incluindo seus cemitérios e lugares sagrados. A persistente oposição dos Tumandok, juntamente com seus aliados, contra a megabarragem, interrompeu o funcionamento, mas também resultou em um dos massacres mais hediondos contra os povos indígenas.<sup>141</sup> Seu ativismo e trabalho em prol dos direitos humanos foi utilizado pela polícia e militares para rotulá-los como membros e apoiadores do CPP-NPA.

Antes dos assassinatos e prisões, em novembro de 2020, alguns Tumandok de dois aldeias buscaram ajuda da Comissão de Direitos Humanos por causa das ameaças dos militares e do PNP. Os militares e o PNP estavam forçando-os a assinar documentos para supostamente “se renderem” e “limparem seus nomes” a fim de garantir que não fossem membros do CPP-NPA. Recusaram-se a assinar os documentos porque não são membros ou apoiadores do CPP-NPA.

As ameaças contra eles aumentaram, e os soldados disseram que poderiam ser acusados sob a Lei Antiterrorismo e os advertiram que a operação seria mais estrita.

Os indígenas Tumandok estão cientes de que o processo de busca de justiça para o massacre e a proteção de seus direitos fundamentais e territoriais será árduo e demorado. Mostram-se esperançosos, mas vigilantes. Em 3 de março de 2021, o advogado Angelo Karlo Guillen, advogado dos Tumandok e requerente contra a Lei Antiterrorismo de 2020, foi esfaqueado por pessoas não identificadas.<sup>142</sup>

## Impunidade e criminalização do ativismo nas Filipinas: acusações falsas contra pessoas defensoras dos direitos humanos dos povos indígenas; casos de Windel Bolinget e Betty Belen

Em 12 de julho de 2021, o tribunal regional de julgamento de Tagum City, capital de Davao do Norte –uma província na região de Davao, no sul da ilha filipina de Mindanao– arquivou o processo criminal contra o defensor dos direitos humanos dos povos indígenas Windel Bolinget.

Bolinget é o presidente da organização indígena local Aliança dos Povos de Cordillera (Cordillera Peoples Alliance) e coordenador da Katribu, uma aliança nacional dos povos indígenas. É defensor de longa data dos direitos humanos dos povos indígenas e é conhecido por se opor a projetos de mineração em larga escala, megabarragens e outros projetos que ameaçam os direitos fundiários dos povos indígenas na Região Administrativa de Cordillera (CAR), localizada na parte norte da ilha filipina de Luzon.

Em 6 de agosto de 2020, foi apresentado um processo criminal contra ele e outras 10 pessoas, três das quais são mulheres. Foram vinculados ao assassinato de um certo Garito Malibato em 2018.

Em 25 de setembro de 2020, o tribunal regional de primeira instância de Tagum, capital de Davao do Norte, emitiu um mandado de prisão por assassinato contra Bolinget e outras pessoas. Tomaram conhecimento das acusações apenas em dezembro de 2020.

Bolinget nunca pôs os pés em Kapalong, Davao do Norte, onde se diz ter ocorrido o assassinato de Malibato. Além disso, em uma notícia local de 2018, o irmão de Garito, *Datu* (chefe tribal) Delio Malibato, tinha identificado o grupo paramilitar chamado Alamara como autores do assassinato do seu irmão. *Datu* Malibato disse que os líderes do grupo são conhecidos como Ungging e Laris Masaloon.

Garito é irmão de Mintroso e Delio Malibato, *datu*s dos Ata Manobo e líderes de Karadyawan, uma organização indígena local em Kapalong, Davao do Norte. O governo filipino e suas forças de segurança têm difamado politicamente os líderes e membros de Karadyawan, que também têm sido alvo de *red-tagging*.<sup>143</sup>

Antes de Bolinget ser ligado ao assassinato de Garito, ele tinha sido difamado e rotulado como membro do grupo terrorista comunista Partido Comunista das Filipinas-Novo Exército Popular (CPP-NPA), mesmo antes da atual administração de Duterte. Com a emissão do mandado de prisão, ele observou o aumento da vigilância de sua residência. Em 10 de dezembro de 2020, foram afixados folhetos em torno de sua casa, indicando que fazia parte do CPP-NPA. No mesmo mês, as forças de segurança do Estado assediaram seu sogro e seu filho mais velho.

Os ataques contra Bolinget se intensificaram quando, em 15 de janeiro de 2021, o Departamento de Polícia de Cordillera ofereceu uma recompensa de 100.000

pesos filipinos (cerca de 2000 dólares estadunidenses) por qualquer informação que levasse à prisão de Bolinget. Em 20 de janeiro de 2021, o chefe da polícia de Cordillera, o general de brigada R'win Pagkalinawan, emitiu uma ordem de atirar a matar se Bolinget resistisse à prisão.<sup>144</sup>

Antes do caso de Bolinget, uma outra defensora indígena dos direitos humanos da região de Cordillera, Beatrice 'Betty' Belen, tinha sido acusada de posse ilegal de explosivos. Ficou presa por quase quatro meses antes de seu caso ser arquivado por falta de provas em 12 de fevereiro de 2020.

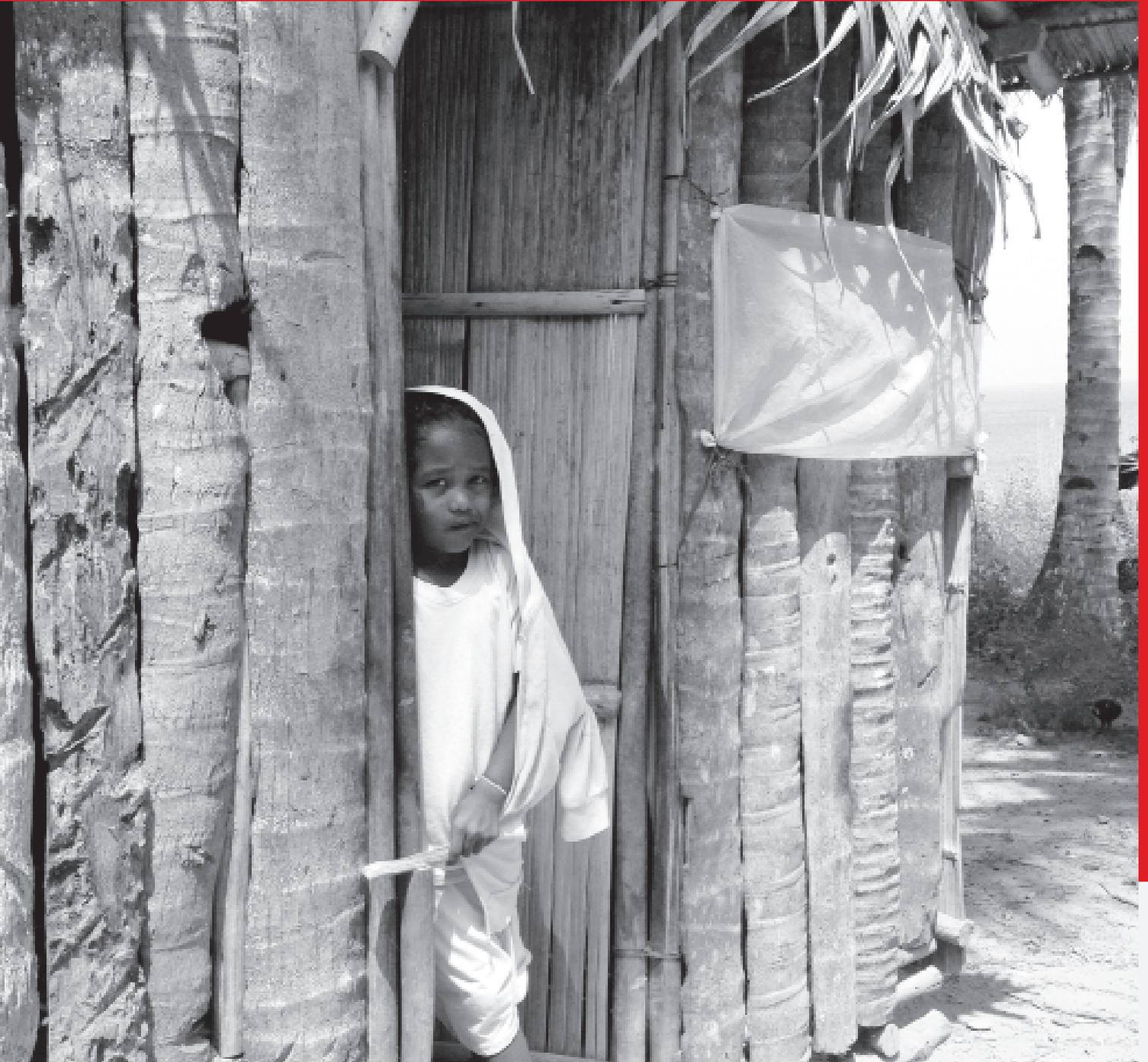
Na madrugada de 25 de outubro de 2020, numa operação conjunta da Polícia Nacional Filipina (PNP), do Grupo de Investigação e Detecção Criminal (CIDG) e da 503ª Brigada de Infantaria das Forças Armadas das Filipinas (AFP) foram emitidos mandados de busca para Belen e mais 10 outras pessoas em Uma Baixa e Ocidental, Lubuagan, Kalinga, na Região Administrativa de Cordillera das Filipinas. Todas essas pessoas se opõem abertamente ao projeto geotérmico da Chevron Energy que está sendo planejado em suas terras ancestrais.

Antes de sua prisão, ela estava sujeita a perseguição e intimidação pelas forças de segurança do Estado desde 2015. Tem sido acusada de dar abrigo a membros da organização terrorista CPP-NPA. Sua organização, Innabuyog, também tem sido rotulada pelos militares como organização terrorista.

Embora os casos Bolinget e Belen possam ter sido vindicados, eles destacam a impunidade contínua desfrutada pelas forças de segurança do Estado e a criminalização do ativismo no país. Existem muitos casos de falsas acusações contra pessoas defensoras dos direitos humanos que se arrastam por anos, o que por sua vez pode ter repercussões significativas para as vítimas, suas famílias e suas comunidades.

# Bibliografia

Foto: Mary Ann Bayang



**Indigenous Peoples  
Rights International**

Championing Indigenous Peoples Rights

# Bibliografia

1. International Land Coalition and Alliance for Land, Indigenous and Environmental Defenders, *A Crucial Gap / The Limits to Official Data on Attacks Against Defenders and Why It's Concerning*. 2021.
2. Indigenous Peoples Rights International. *Defending Our Lands, Territories and Natural Resources Amid the COVID-19 Pandemic: Annual Report on Criminalization, Violence and Impunity Against Indigenous Peoples*. Abril de 2021. Baguio City, Filipinas.
3. UNESCO, Dia Internacional para Acabar com a Impunidade dos Crimes Contra Jornalistas. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/days/end-impunity-day>.
4. Ver: “RDC : l'état de siège entre en vigueur dans le Nord-Kivu et l'Ituri” (6 de maio de 2021), *RTI*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FOUhVg1LxIY>.
5. Declaração do vice-presidente da Assembléia Provincial do Kivu do Norte, ilustre Jean Paul Lumbulumbu.
6. Ver: “RDC : une promesse de résultats après un mois d'état de siège au Nord-Kivu et en Ituri”, Matthieu Vendrely (3 de junho de 2021), *TV5 Monde*. Disponível em: <https://information.tv5monde.com/afrique/rdc-une-promise-de-resultats-apres-un-mois-d-etat-de-siege-au-nord-kivu-et-en-ituri-411319>.
7. “Brazil indigenous leaders sue Bolsonaro for ‘crimes against humanity’” (23 de janeiro de 2021), *France 24*. Disponível em: <https://www.france24.com/en/live-news/20210123-brazil-indigenous-leaders-sue-bolsonaro-for-crimes-against-humanity>.
8. “Nota de Repúdio: Funai exclui Terras Indígenas não homologadas das atividades de proteção” (18 de janeiro de 2022), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB. Disponível em: <https://apiboficial.org/2022/01/18/nota-de-repudio-funai-exclui-terras-indigenas-nao-homologadas-das-atividades-de-protecao/>.
9. Ver medida cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 709/ Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5952986>.
10. “Txai Suruí, indígena brasileira que discursou na COP26, protesta contra mudanças do clima com Greta Thunberg na Suécia” (19 de novembro de 2021), *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/aquecimento-global/noticia/2021/11/19/txai-surui-indigena-brasileira-que-discursou-na-cop26-protesta-contramudancas-do-clima-com-greta-thunberg-na-suecia.ghtml>.
11. “Garimpo na Terra Indígena Munduruku cresce 363% em 2 anos, aponta levantamento do ISA” (2 de junho de 2021), Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias->

[socioambientais/garimpo-na-terra-indigena-munduruku-cresce-363-em-2-anos-aponta-levantamento-do-isa.](#)

12. “Brazil sacks officials who curbed deforestation on Amazon indigenous lands” (5 de maio de 2020), *Mongabay*. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2020/05/brazil-sacks-officials-who-curbed-deforestation-on-amazon-indigenous-lands/>.
13. “Brazil minister advises using COVID-19 to distract from Amazon deregulation” (26 de maio de 2020), *Mongabay*. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2020/05/brazil-minister-advises-using-covid-19-to-distract-from-amazon-deregulation/>.
14. “Casa de liderança indígena Munduruku é incendiada em Jacareacanga, no PA; MPF investiga o caso” (27 de maio de 2021), Ana Carolina Limão, *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/05/27/casa-de-lideranca-indigena-munduruku-e-incendiada-por-garimpeiros-em-jacareacanga-mpf-investiga-o-caso.ghtml>.
15. “Junto com a CIDH, Escritório exorta o Brasil a garantir proteção integral aos povos indígenas yanomami e munduruku” (19 de maio de 2021), Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos. Disponível em: <https://acnudh.org/pt-br/junto-a-la-cidh-oficina-urge-a-brasil-garantizar-la-proteccion-integral-de-los-pueblos-indigenas-yanomami-y-munduruku/>.
16. “ONU Direitos Humanos e ONU Mulheres pedem investigação rigorosa ao ataque contra Associação das Mulheres Munduruku Wakoborûn” (9 de abril de 2021), ONU Direitos Humanos. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/124386-onu-direitos-humanos-e-onu-mulheres-pedem-investigacao-rigorosa-ao-ataque-contr-associacao>.
17. “Garimpeiro é o principal transmissor de Covid-19 para Yanomamis, aponta estudo” (3 de junho de 2020) Giovanna Bronze, *CNN-Brasil*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/06/03/garimpeiro-e-o-principal-transmissor-de-covid-19-para-yanomamis-aponta-estudo>.
18. “Garimpo ilegal avança 30% na Terra Yanomami em ano de pandemia, aponta relatório” (25 de março de 2021), *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/03/25/garimpo-ilegal-avanca-30percent-na-terra-yanomami-em-um-ano-aponta-relatorio.ghtml>.
19. “Aircraft, fuel key to illegal Indigenous land mining” (14 de janeiro de 2022), *Associated Press*. Disponível em: <https://indiancountrytoday.com/news/aircraft-fuel-key-to-illegal-indigenous-land-mining>.
20. “Communication of UN Special Procedures to Government of Brazil on the escalating violence against the Munduruku and Yanomami Indigenous Peoples” (28 de maio de 2021), ACNUDH. Disponível em: <https://spcommreports.ohchr.org/TMResultsBase/DownloadPublicCommunicationFile?gId=26420>.
21. “Junto com a CIDH, Escritório exorta o Brasil a garantir proteção integral aos povos indígenas yanomami e munduruku” (19 de maio de 2021), Escritório Regional para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Disponível em: <https://acnudh.org/pt-br/junto-a-la-cidh-oficina-urge-a-brasil-garantizar-la-proteccion-integral-de-los-pueblos-indigenas-yanomami-y-munduruku/>.

22. “Aldeia yanomami completa dez dias sem assistência, sob risco de novos ataques e mortes” (20 de maio de 2021), Socio Ambiental. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/aldeia-yanomami-completa-dez-dias-sem-assistencia-sob-risco-de-novos-ataques-e-mortes>.
23. “Junto com a CIDH, Escritório exorta o Brasil a garantir proteção integral aos povos indígenas yanomami e munduruku” (19 de maio de 2021).
24. “Dois indígenas isolados são mortos a tiros por garimpeiros na Terra Yanomami” (2 de novembro de 2021) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/11/03/dois-indigenas-isolados-sao-mortos-a-tiros-por-garimpeiros-na-terra-yanomami/>.
25. “Duas crianças yanomami mortas, sugadas por uma draga da exploração ilegal de minério” (16 de outubro de 2021) Beatriz Jucá, *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-16/duas-criancas-yanomami-mortas-por-uma-draga-de-exploracao-ilegal-de-minerio-diante-da-omissao-do-governo.html>.
26. Ver ponto 25.
27. “Operação Yanomami contra garimpo ilegal apreendeu 111 aeronaves” (27 de dezembro de 2021), Alex Rodrigues, *Agência Brasil*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-12/operacao-yanomami-contr-garimpo-ilegal-apreendeu-111-aeronaves>.
28. “PCC amplia atuação na Terra Indígena Yanomami” (19 de agosto de 2021), Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/612158-pcc-amplia-atuacao-na-terra-indigena-yanomami>.
29. “PCC toma áreas de garimpo em Roraima e explora tráfico de drogas e prostituição até mesmo em terra Yanomami” (2 de janeiro de 2022), *Roraima 1*. Disponível em: <https://www.roraima1.com.br/2022/02/01/pcc-toma-areas-de-garimpo-em-roraima-e-explora-trafico-de-drogas-e-prostituicao-ate-mesmo-em-terra-yanomami/>.
30. *Homicidios de Personas defensoras de Derechos Humanos* (2021), Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos na Colômbia. Disponível em: <https://www.hchr.org.co/files/micrositios/Homicidios-de-personas-defensoras-de-DDHH-Dic-2021.pdf>.
31. *Informe Ejecutivo sobre el contexto y las afectaciones a los derechos de los Pueblos Indígenas dentro del Paro y Minga nacional en Colombia* (2021), Organización Nacional Indígena de Colombia. Disponível em: [https://www.onic.org.co/images/pdf/Informe\\_Ejecutivo\\_ONIC\\_sobre\\_afectaciones\\_PPII\\_-\\_CIDH\\_10.06.2021.pdf](https://www.onic.org.co/images/pdf/Informe_Ejecutivo_ONIC_sobre_afectaciones_PPII_-_CIDH_10.06.2021.pdf).
32. Ver ponto 31.
33. “Desde ONIC rechazamos la militarización del resguardo Nasa Embera Chamí en La Delfina, Valle del Cauca: ¡Exigimos respeto a los territorios indígenas y al ejercicio legítimo del Gobierno Propio!” (2021), Organización Nacional Indígena de Colombia. Disponível em: <https://www.onic.org.co/comunicados-onic/4211-desde-onic-rechazamos-la-militarizacion-del-resguardo-nasa-embera-chami-en-la-delfina-valle-del-cauca-exigimos-respeto-a-los-territorios-indigenas-y-al-ejercicio-legitimo-del-gobierno-propio>.

34. "RAFAEL DOMICÓ 'CULTURA'" (2021), Comunicaciones Indei, Facebook. Disponível em: [https://web.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=1218245251906669&id=100011636164389](https://web.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1218245251906669&id=100011636164389).
35. "Protesta indígena en vía Medellín-Quibdó" (8 de fevereiro de 2021), *El Tiempo*. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/colombia/medellin/protesta-indigena-en-via-medellin-quistodo-59852>.
36. *Informe de afectaciones a los derechos humanos y territoriales en los pueblos indígenas de Colombia* (2021), Organización Nacional Indígena de Colombia. Disponível em: <https://www.onic.org.co/comunicados-onic/4407-tercer-informe-de-la-organizacion-nacional-indigena-de-colombia-sobre-afectaciones-a-los-derechos-humanos-y-territoriales-en-los-pueblos-naciones-y-comunidades-indigenas-de-colombia-2021>.
37. Conversa telefônica com o governador indígena em 13 de julho de 2021.
38. Conversa telefônica com um membro da comunidade de Corinto em 13 de julho de 2021.
39. Entrevista com Edison Benítez Cardona em junho de 2021.
40. Hoyos, J. *El oro y la sangre* (2019), Medellín, Hombre Nuevo Editores.
41. "Se abre paso en la vía Quibdó-Medellín" (9 de janeiro de 2021), *El Baudoseño*. Disponível em: <https://www.elbaudoseno.com/se-abre-paso-en-la-via-quistodo-medellin/>.
42. "Protesta indígena en vía Medellín-Quibdó" (8 de fevereiro de 2021), *El Tiempo*. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/colombia/medellin/protesta-indigena-en-via-medellin-quistodo-59852>.
43. "Indígenas bloquearon vía Quibdó-Medellín por incumplimiento" (7 de julho de 2021), *Noticias RCN*. Disponível em: <https://www.noticiasrcn.com/colombia/indigenas-bloquearon-via-quistodo-medellin-por-incumplimientos-383110>.
44. "Después de tres días indígenas levantan bloqueo en la vía Panamericana" (20 de agosto de 2021), *El Espectador*. Disponível em: <https://www.elespectador.com/colombia/mas-regiones/despues-de-tres-dias-indigenas-levantan-bloqueo-en-la-via-panamericana/>.
45. "Cierre de la vía Quibdó-Medellín afecta las entregas en poblaciones de Quibdó" (5 de diciembre de 2021), *TCC*. Disponível em: <https://www.tcc.com.co/cierre-de-la-via-quistodo-medellin-afecta-las-entregas-en-poblaciones-del-quistodo/>.
46. *Crime in India 2020*. National Crime Records Bureau, p. 613. Disponível em: <https://ncrb.gov.in/sites/default/files/CII%202020%20Volume%202.pdf>.
47. *Two Hundred Thirtieth Report on Atrocities and Crimes Against Women and Children*. Comitê de Assuntos Internos, apresentado ao Parlamento da Índia/Rajya Sabha el 15 de março de 2021. Disponível em: [https://rajyasabha.nic.in/rsnew/Committee\\_site/Committee\\_File/ReportFile/15/143/230\\_2021\\_3\\_14.pdf](https://rajyasabha.nic.in/rsnew/Committee_site/Committee_File/ReportFile/15/143/230_2021_3_14.pdf).
48. Ver: *Crime in India 2020*. National Crime Records Bureau, pp. 617 e 623.
49. Ver: *Statistical Profile of Scheduled Tribes in India 2013*. Ministério de Assuntos Tribais.

50. Comunicado de imprensa do Ministério de Assuntos Tribais (17 de dezembro de 2018). Disponível em: [https://pib.gov.in/Pressreleaseshare.aspx?PRID=1556176#:~:text=Almost%2090%25%20of%20the%20tribals,ST\)%20population%20in%20the%20country](https://pib.gov.in/Pressreleaseshare.aspx?PRID=1556176#:~:text=Almost%2090%25%20of%20the%20tribals,ST)%20population%20in%20the%20country)
51. Ver: *Crime in India 2020*. National Crime Records Bureau, p. 654.
52. Ver ponto 51, pp. 617 y 623.
53. Carta da Human Rights Defenders' Alert-India à NHRC (9 de dezembro de 2021). Disponível em: [https://media.business-humanrights.org/media/documents/03-2021-12-09-HRDA-UA-EAST-OD-Debendra\\_Swain\\_and\\_others.pdf](https://media.business-humanrights.org/media/documents/03-2021-12-09-HRDA-UA-EAST-OD-Debendra_Swain_and_others.pdf).
54. *Criminalization of Adivasis and the Indian Legal System* (2021). Indigenous Peoples Rights International. Disponível em <https://www.iprights.org/images/resources/downloadables/Criminalisation%20of%20Adivasis%20and%20the%20Indian%20Legal%20System.pdf>.
55. Shankar, Aranya. "UN representative: India doesn't properly protect human rights defenders" (16 de janeiro de 2021), *The Indian Express*. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/india/stan-swamy-bhima-koregaon-stan-swamy-arrest-united-nations-human-rights-7148223/>.
56. Ordem para Exibição dos Fatos emitida para Valsingh Saste sob a Seção 8(1) da Madhya Pradesh Rajya Suraksha Adhinyam-1990 pelo Magistrado do Distrito, distrito de Barwani, Madhya Pradesh, vide nº 5148/Ridhar/2021 (22 de julho de 2021).
57. "Tribal man finds his name on wanted Maoist list, seeks CM's help" (4 de janeiro de 2022), *Hindustan Times*. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/cities/ranchi-news/tribal-man-finds-his-name-on-wanted-maoist-list-seeks-cm-s-help-101641313568309.html>.
58. Entrevista telefônica com Dinesh Murmu, ativista de Jharkhand Janadhikar Mahasabha em Jharkhand, 23 de janeiro de 2022.
59. "Chhattisgarh: 594 criminal cases against tribals withdrawn in Maoist-affected areas" (4 de junho de 2021), *The Times of India*. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/city/raipur/chhattisgarh-594-criminal-cases-against-tribals-withdrawn-in-maoist-affected-areas/articleshowprint/83237711.cms>.
60. Anga, Abhishek. "Jharkhand CM clears home dept's resolution on withdrawal of Pathalgadi cases" (27 de março de 2021), *The Indian Express*. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/india/jharkhand-cm-clears-home-depts-resolution-on-withdrawal-of-pathalgadi-cases-7247406/>.
61. Dwary, Anurag. "'Heritage Liquor' Mahua Legalised In BJP's Madhya Pradesh Tribal Outreach" (23 de novembro de 2021), *NDTV*. Disponível em: <https://www.ndtv.com/india-news/heritage-liquor-mahua-legalised-in-bjps-madhya-pradesh-tribal-outreach-2620984>.
62. "The States of Chhattisgarh, Jharkhand, Odisha, Bihar, West Bengal, Andhra Pradesh, Telangana, Maharashtra, Madhya Pradesh, Uttar Pradesh and Kerala are considered LWE affected, although in varying degrees", Ministério do Interior. Disponível em: [https://www.mha.gov.in/division\\_of\\_mha/left-wing-extremism-division](https://www.mha.gov.in/division_of_mha/left-wing-extremism-division).

63. Sanzgiri, Vallari. "100 days on, Piri villagers still await justice for Brahmadev Singh" (7 de outubro de 2021), *Sabrang*. Disponível em: <https://www.sabrangindia.in/article/100-days-piri-villagers-still-await-justice-brahmadev-singh>.
64. Goyal, Prateek. "How Chhattisgarh police hunted an Adivasi farmer" (1 de julho de 2021), *NewsLaundry*. Disponível em: <https://www.newsLaundry.com/2021/07/01/how-chhattisgarh-police-hunted-an-ativasi-farmer>.
65. Saha, Poulomi y Kamaljit Kaur Sandhu. "Civilian killing in Nagaland: Case of mistaken identity, says Home Minister Amit Shah" (6 de dezembro de 2021), *India Today*. Disponível em: <https://www.indiatoday.in/india/story/amit-shah-lok-sabha-nagaland-firing-news-latest-armed-forcers-1884685-2021-12-06>.
66. Goyal, Prateek. "Bastar: 'Surrendered Naxal' dies by suicide in police custody. Villagers say she wasn't a Naxal at all" (27 de fevereiro de 2021), *NewsLaundry*. Disponível em: <https://www.newsLaundry.com/2021/02/27/bastar-surrendered-naxal-dies-by-suicide-in-police-custody-villagers-say-she-wasnt-a-naxal-at-all>.
67. Verma, Gargi. "Dantewada: 24-year-old tribal woman killed in 'maoist encounter'; family claims it was staged, alleges rape" (8 de junho de 2021), *The Indian Express*. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/india/chhattisgarh-geedam-maoist-encounter-alleged-rape-7349199/>.
68. Mishra, Ritesh. "Chhattisgarh: Kin allege woman killed in fake 'encounter'; cops call her Maoist" (7 de junho de 2021), *The Hindustan Times*. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/cities/others/chhattisgarh-kin-allege-woman-killed-in-fake-encounter-cops-call-her-maoist-101623067654298.html>.
69. "Tribals of Balapam panchayat seek protection, development" (7 de março de 2021), *The Hans India*. Disponível em: <https://www.thehansindia.com/news/cities/visakhapatnam/tribals-of-balapam-panchayat-seek-protection-development-675603>.
70. "Maoists kill 15-year-old in Sukma. His crime: Kin work in forces" (20 de abril de 2021), *The Times of India*. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/india/maoists-kill-15-year-old-in-sukma-his-crime-kin-work-in-forces/articleshow/82154379.cms>.
71. "Maoists kill Adivasi near Bhadrachalam" (18 de novembro de 2021), *Telangana Today*. Disponível em: <https://telanganatoday.com/maoists-kill-ativasi-near-bhadrachalam>.
72. "Manipur: Villager allegedly shot dead by Army Major in Kangpokpi; CM Biren assures speedy action" (6 de junho de 2021), *Imphal Free Press*. Disponível em: <https://www.ifp.co.in/7728/manipur-villager-allegedly-shot-dead-by-army-major-in-kangpokpi-cm-biren-assures-speedy-action>.
73. Sitlhou, Hoineilhing y Phalneilhing Kipgen. "'Frame the Victim': Another 'Extra-Judicial' Killing in Manipur Reopens on AFSPA" (5 de agosto de 2021), *The Wire*. Disponível em: <https://thewire.in/rights/frame-the-victim-veil-the-crime-another-extra-judicial-killing-in-manipur-reopens-talk-on-afspa>.

74. Lei das Forças Armadas (Poderes Especiais), 1958. Disponível em: [https://www.mha.gov.in/sites/default/files/armed\\_forces\\_special\\_powers\\_act1958.pdf](https://www.mha.gov.in/sites/default/files/armed_forces_special_powers_act1958.pdf).
75. Entrevista telefônica com Thangminlen Kipgen, Secretário Geral da Kuki Inpi, Kangpokpi, 18 de julho de 2021.
76. Jaiswal, Umanand. "Manipur killing: Assam Rifles releases statement; cites attack from KRA cadres" (8 de junho de 2021), *The Telegraph*. Disponível em: <https://www.telegraphindia.com/north-east/manipur-killing-assam-rifles-releases-statement-cites-attack-from-kra-cadres/cid/1818141>.
77. Ver ponto 76.
78. Ver ponto 76.
79. Entrevista telefônica com Thangminlen Kipgen.
80. Colney, Kimi. "Assam Rifles major accused of killing civilian in Manipur; reopens debate on AFSPA" (10 de julho de 2020), *The Caravan*. Disponível em: <https://caravanmagazine.in/crime/assam-rifles-major-accused-of-killing-civilian-manipur-reopens-debate-afspa>.
81. Entrevista telefônica com Gayatri Suman, advogada de Hidme Markam, 17 de julho de 2021.
82. Tiwary, Vishnukant. "Chhattisgarh: Civil Society Members Demand Release of Tribal Rights Activist Arrested Under 'Naxal Charges'" (10 de março de 2021), NewsClick. Disponível em: <https://www.newsclick.in/Chhattisgarh-Civil-Society-Members-Demand-Release-Tribal-Rights-Activist-Arrested-Under-Naxal-Charges>.
83. Ver perfil criminal naxalita de Kawasi Hidme publicado pela Polícia do distrito de Dantewada, datado de 9 de março de 2021. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1\\_k3ubfqWWIRRj0WfcVQJV9UTY3u5i8kP/view](https://drive.google.com/file/d/1_k3ubfqWWIRRj0WfcVQJV9UTY3u5i8kP/view).
84. Entrevista telefônica com Rinchin, ativista dos direitos tribais de Chhattisgarh, membro do Chhattisgarh Mahila Adhikar Manch e colega de Hidme Markam.
85. Ver ponto 84.
86. Ver ponto 84.
87. Ata de 31 de março de 2021 no caso da NHRC nº 155/33/14/2021.
88. Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. AL IND 5/2021. (8 de abril de 2021) Disponível em: <https://spcommreports.ohchr.org/TMResultsBase/DownloadPublicCommunicationFile?gId=26326>.
89. Carta da Missão Permanente da Índia ao Escritório das Nações Unidas e outras Organizações Internacionais ao Secretariado do Conselho de Direitos Humanos, NV.GEN/PMI/353/16/2020, datada de 7 de junho de 2021.
90. Comissão Nacional de Direitos Humanos. Processo nº 155/33/14/2021.
91. Ata de 18 de novembro de 2021 no caso da NHRC No 155/33/14/2021.
92. Entrevista telefônica com o advogado Kshitij Dubey, 13 de agosto de 2021.

93. Entrevista telefônica com o advogado Kishore Narayan, 16 de agosto de 2021.
94. Entrevista telefônica com Gayatri Suman, 3 de dezembro de 2021.
95. Ata de 13 de setembro de 2021 no caso do NHRC nº 155/33/14/2021.
96. Sharma, Diwakar. "Maharashtra: Man from Phase Pardhi tribe dies in police custody in Solapur, torture alleged" (9 de outubro de 2022), *Mid-Day*. Disponível em: <https://www.mid-day.com/mumbai/mumbai-news/article/maharashtra-cabinet-condoles-death-of-farmers-in-lakhimpur-kheri-23195815>.
97. *Criminalization of Adivasis and the Indian Legal System* (2021). Indigenous Peoples Rights International.
98. Olwe, Sudharak. "Decades After Denotification, Pardhi Tribe Struggles to Shrug Off 'Criminal' Tag" (31 de agosto de 2018), *The Wire*. Disponível em: <https://thewire.in/society/decades-after-denotification-pardhis-in-maharashtra-struggle-to-stave-off-criminal-tag>.
99. Entrevista telefônica com Matin Bhosale, 25 de janeiro de 2022.
100. Ver ponto 99.
101. Sharma, Diwakar. "Maharashtra: Man from Phase Pardhi tribe dies in police custody in Solapur, torture alleged" (9 de outubro de 2022).
102. A apresentação do caso perante a Comissão Nacional de Direitos Humanos foi iniciada pelo IRAC. A denúncia foi registrada na NHRC como Caso nº 2423/13/28/2021-AD.
103. Processo da NHRC, Caso nº 2423/13/28/2021-AD (11 de novembro 11 2021)
104. "Forest dept tears down Kadar huts in ATR" (4 de dezembro de 2021), *The New Indian Express*. Disponível em: <https://www.newindianexpress.com/states/tamil-nadu/2021/dec/04/forest-dept-tears-down-kadar-huts-in-atr-2391702.html>.
105. Thanaraj. "The Kadar Community Charts An Inspirational Journey Of Resilience As They Take Back Their Forests" (5 de janeiro de 2022), *Adivasi Lives Matter*. Disponível em: <https://www.adivasilivesmatter.com/post/the-kadar-community-charts-an-inspirational-journey-of-resilience-as-they-take-back-their-forests>.
106. Ministério de Assuntos Tribais, Governo da Índia. Disponível em: <https://tribal.nic.in/ST/StatewisePVTGsList.pdf>.
107. Thomas, Wilson. "23 families of Kadar tribe temporarily moved to quarters near Valparai" (20 de agosto de 2019), *The Hindu*. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/cities/Coimbatore/23-families-of-kadar-tribe-temporarily-moved-to-quarters-near-valparai/article29184942.ece>.
108. Thomas, Wilson. "Kallar-Kadar tribal families evicted from ATR await for their rights" (11 de agosto de 2020), *The Hindu*. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/cities/Coimbatore/kallar-kadar-tribal-families-evicted-from-atr-await-for-their-rights/article32328522.ece>.
109. Thomas, Wilson. "Kallar-Kadar tribal families evicted from ATR await for their rights" (11 de agosto de 2020), *The Hindu*. Disponível em:

<https://www.thehindu.com/news/cities/Coimbatore/kallar-kadar-tribal-families-evicted-from-atr-await-for-their-rights/article32328522.ece>.

110. Ver ponto 109.
111. Thanaraj. “The Kadar Community Charts An Inspirational Journey Of Resilience As They Take Back Their Forests” (5 de janeiro de 2022), *Adivasi Lives Matter*.
112. O IRAC apresentou a notificação de despejo junto à NHRC.
113. Ata da Comissão Nacional de Direitos Humanos datada de 28 de dezembro de 2021, caso n° 3132/22/5/2021.
114. Caso da NHRC n° 1493/18/6/2021 apresentado pelo Sr. Dilip Kumar Das.
115. Resolução do Departamento de Florestas e Meio Ambiente do governo de Odisha, datada de 9 de setembro de 2011. Disponível em: <http://govtpress.odisha.gov.in/pdf/2011/2176.pdf>.
116. Khemka, Bikash Khemka. “Forest Dept In Dock: NHRC Notice On ‘Forceful Eviction’ Of 34 Families In Odisha’s Kalahandi” (13 de julho de 2021), *Odisha Bytes*. Disponível em: <https://odishabytes.com/forest-dept-in-dock-nhrc-notice-on-forceful-eviction-of-34-families-in-odishas-kalahandi/>.
117. Um *revenue village* é um pequeno distrito administrativo na Índia, uma aldeia com fronteiras bem definidas.
118. Entrevista telefônica com o ativista de direitos humanos Dilip Kumar Das em Kalahandi, estado de Odisha, 17 de julho de 2021.
119. Ver ponto 118.
120. Ver ponto 118.
121. Entrevista telefônica com o ativista de direitos humanos Dilip Kumar Das.
122. “Malaria, malnutrition plague evicted families” (14 de julho de 2021), *The New Indian Express*. Disponível em: <https://www.newindianexpress.com/states/odisha/2021/jul/14/malaria-malnutrition-plague-evicted-families-2329892.html>.
123. Processo judicial da NHRC Índia datado de 24 de setembro de 2021, caso n° 1493/18/6/2021.
124. Processo judicial da NHRC Índia datado de 12 de julho de 2021, caso n° 1493/18/6/2021.
125. Ver ponto 123.
126. Talabong, Rambo. “Bloody Sunday: 9 dead, 6 arrested in Calabarzon crackdown on activists” (7 de março de 2021), *Rappler*. Disponível em: <https://www.rappler.com/nation/dead-arrested-calabarzon-crackdown-progressives-march-7-2021/>.
127. “Justice for another Lianga massacre!” (16 de junho de 2021) Philippine Task Force for Indigenous Peoples Rights. Disponível em: <https://philtfip.org/2021/06/16/justice-for-another-lianga-massacre/>.
128. “Loyukan statement on the series of killings and atrocities against the non-Moro Indigenous Peoples in Barmm” (16 de abril de 2021), *Mindanao Gold Star Daily*. Disponível em: <https://mindanaogoldstardaily.com/>

[loyukan-statement-on-the-series-of-killings-and-atrocities-against-the-non-moro-indigenous-peoples-in-barmm/](#).

129. Legal Rights and Natural Resource Center – Kasama sa Kalikasan & Timuay Justice and Governance (Centro de Direitos Legais e Recursos Naturais – Kasama sa Kalikasan & Timuay Justiça e Governança). “Report on the Spate of Killings and Displacement of non-Moro Indigenous Peoples in the Bangsamoro”. Relatório apresentado à Comissão de Direitos Humanos.
130. “National Security Policy 2017-2022” (abril de 2017). Disponível em: <https://nsc.gov.ph/attachments/article/NSP/NSP-2017-2022.pdf>.
131. Estrada, Liezl. “Why should the construction of Kaliwa Dam be stopped?” (4 de janeiro de 2021), *Rappler*. Disponível em: <https://www.rappler.com/voices/ispeak/opinion-why-should-construction-kaliwa-dam-stopped/>.
132. “Philippine indigenous peoples support struggle against Jalaur dam” (26 de janeiro de 2016), Philippine Task Force for Indigenous Peoples’ Rights. Disponível em: <https://bit.ly/36tDvQn>.
133. “Senate urged to probe displacement of Aeta communities by New Clark City” (11 de dezembro de 2019,) *Philippine Star*. Disponível em: <https://www.philstar.com/headlines/2019/12/11/1976180/senate-urged-probe-displacement-aeta-communities-new-clark-city>.
134. García, Ma. Angélica. “What is the Kaliwa Dam project?” (29 de outubro de 2019), *GMA News*. Disponível em: <https://www.gmanetwork.com/news/news/nation/713465/what-is-the-kaliwa-dam-project/story/?fbclid=IwAR1dvXWgB0mvOFYHw1D9y8xt-6oZRVyn0ELBDKsU8-PWFyqlIXGcWVJ0aoE>.
135. Associação Filipina para o Desenvolvimento Intercultural, et. al. *A critique on the implementing rules and regulation of the Expanded National Integrated Protected Areas System and Implications to the Rights of Indigenous Peoples* (2019).
136. “LATEST UPDATE AS OF 10:55AM: Punong Barangay Julie Catamin of Brgy. Roosevelt, Tapaz, Capiz was shot dead by a riding-in-tandem in Brgy. Malitbog, Calinog, Iloilo earlier this morning”. *Panay Today*. Disponível em: <https://www.facebook.com/panaytoday/posts/3889603224431120>.
137. “COMMUNITY | Groups demand justice for the killing of 9 red-tagged Tumandok IP’s in Panay Island”. *The Communicator*. Disponível em: [https://www.facebook.com/COCDakom/posts/10159177752226804?\\_rdc=1&\\_rdr](https://www.facebook.com/COCDakom/posts/10159177752226804?_rdc=1&_rdr).
138. See: Republic Act No. 9516 “An Act furthering amending the provisions of the Presidential Decree No. 1866, as amended, entitled codifying the laws on Illegal/Unlawful Possession, Manufacture, Dealing in, Acquisition or Disposition of Firearms, Ammunition or Explosives or Instruments used in the Manufacture of Firearms, Ammunition or Explosives, and Imposing Stiffer Penalties for Certain Violations thereof, and for the other relevant purposes.” (December 2022). Retrieved from: [https://lawphil.net/statutes/repacts/ra2008/ra\\_9516\\_2008.html](https://lawphil.net/statutes/repacts/ra2008/ra_9516_2008.html)
139. See: Presidential Decree No. 1866. “Codifying the laws on Illegal/Unlawful Possession, Manufacture, Dealing in, Acquisition or Disposition, of Firearms, Ammunition or Explosives or Instruments Used in the

Manufacture of Firearms, Ammunition or Explosives, and Imposing Stiffer Penalties for Certain Violations thereof and for relevant purposes.” (June 1983). Retrieved from: [https://lawphil.net/statutes/presdecs/pd1983/pd\\_1866\\_1983.html](https://lawphil.net/statutes/presdecs/pd1983/pd_1866_1983.html)

140. “Comments to the response of the EDCF-Korea EximBank to the letter of Business and Human Rights Resource Center”. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1EPZiohtMmogIPUqwQAP-yGneZjushQN/edit>.
141. “Defund the Jalaur Dam Project”. Asian NGO Coalition for Agrarian Reform and Rural Development. Disponível em: <https://angoc.org/news/defund-the-jalaur-dam-project/>.
142. “Tumandok land defenders’ lawyer stabbed in Iloilo”. *Philstar Global*. Disponível em: <https://www.philstar.com/headlines/2021/03/04/2081926/tumandok-land-defenders-lawyer-stabbed-ilolilo>.
143. Mais informação aqui: <http://davaotoday.com/main/human-rights/kin-of-lumad-slain-in-kapalong-call-to-disband-paramilitary-anew/>.
144. Karapatan Monitor. “Judicial harassment against human rights defenders”. Disponível em: [https://www.karapatan.org/files/Karapatan\\_2021%20monitor\\_Jan-Mar2021%20\(WEB\).pdf](https://www.karapatan.org/files/Karapatan_2021%20monitor_Jan-Mar2021%20(WEB).pdf).

Você pode apoiar nossos esforços para proteger os direitos dos Povos Indígenas e unir e ampliar o apelo por justiça às vítimas de criminalização e impunidade

Visite o nosso site  
**[iprights.org](http://iprights.org)**

Siga-nos nas redes sociais



Doe aqui

